

Quem disse ?

«A co-incineração é a melhor solução ambiental, a mais rápida e mais favorável ao nível económico para o País»

José Sócrates
Diário de Notícias
16 de Fevereiro

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1052 17 FEVEREIRO 2000 100\$ - 0,5 €

ACÇÃO SOCIALISTA

Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Consenso na condenação da extrema-direita

Guterres reitera sanções a Viena

António Guterres defendeu terça-feira que as medidas adoptadas contra a Áustria pelos seus 14 parceiros na União Europeia «devem ser mantidas na actual situação». Sobre o pedido de normalização das relações apresentado em Bruxelas pela ministra austríaca dos Negócios Estrangeiros, o primeiro-ministro salientou que a justeza da posição assumida pelos 14 foi já inteiramente confirmada por dois factos.

Em primeiro lugar, segundo o secretário-geral do PS, «porque as declarações que continuam a ser proferidas pelo líder da extrema-direita austríaca continuam a embaraçar o seu Governo e, de tal forma, que revelam que existe um problema. Por outro lado, penso que foi a firmeza da nossa posição que levou o Governo austríaco a mostrar-se predisposto a manter uma atitude construtiva no seio da União Europeia», declarou.

Questionado sobre a possível revisão do Tratado da União Europeia para reforçar as disposições de prevenção e punição de desvios democráticos, António Guterres considerou que «essa é uma matéria que exige o consenso dos 15 Estados-membros. Nós temos sido sempre de uma enorme cautela: antes de tomar um posição trabalhamos com os 15, reunimos o consenso para depois o promover». Caso contrário, frisou o primeiro-ministro, Portugal estaria a «contribuir para uma divisão no seio dos 15, e não é esse o nosso papel». «O papel de Portugal é unir, e unir no sentido da defesa dos valores de civilização que são os nossos», acentuou.

Também em entrevista concedida ao semanário alemão «Der Spiegel», António Guterres disse que a «clara mensagem da União Europeia contra a intolerância e a falta de democraticidade não se dirige apenas a Viena, mas sim a todos os Estados da Europa, sobretudo com vista ao planeado alargamento da União. Temos de combater toda e qualquer forma de xenofobia, quer ela seja por representantes do Estado ou da população», acrescentou o primeiro-ministro.

Governo aberto a exemplar compromisso democrático

Orçamento 2000

Grandes linhas

Melhores Pensões

Mais apoios a Idosos

Mostrando abertura para o diálogo e pensando exclusivamente no interesse nacional, sobretudo no sentido de haver estabilidade política, o Governo introduziu mais 12 medidas para aperfeiçoar o Orçamento de Estado de 2000. Com as novas medidas, serão largamente beneficiados o regime de pensões dos trabalhadores rurais, os escalões mais baixos do IRS e os cidadãos que têm idosos a seu cargo.



Política

Sampaio apela à cooperação da comunidade internacional

Visita histórica a Timor-Leste



Um dos momentos mais marcantes da visita do Presidente da República a Timor-Leste aconteceu no domingo, quando, de lágrimas nos olhos, no cemitério de Santa Cruz, lembrou as vítimas do massacre de 12 de Novembro de 1991. Acompanhado pelo bispo D. Ximenes Belo, Jorge Sampaio viu também a violência da destruição da residência episcopal em Díli.

União Europeia

Primeiro sucesso da presidência portuguesa

União Europeia concorda com indicadores sociais



A presidência portuguesa da União Europeia conseguiu um primeiro sucesso na reunião informal do Conselho de Assuntos Sociais, que decorreu em Lisboa, na sexta-feira. Os ministros dos Quinze concordaram com a necessidade de se criar um quadro de indicadores sociais para a aferição das políticas de protecção social.



O Jogo do Orçamento

O primeiro-ministro, António Guterres, aceitou esta semana as propostas apresentadas pela oposição que vieram introduzir alguns melhoramentos ao Orçamento de Estado para 2000. Conforme referiu por diversas vezes, o Governo sempre se mostrou aberto a aceitar as propostas credíveis apresentadas pela oposição que não viessem a desvirtuar o Orçamento apresentado pelo Executivo socialista.

Esta posição de abertura e de diálogo demonstra um elevado sentido de Estado e uma profunda responsabilidade pelo futuro e pelos compromissos assumidos enquanto membros de pleno direito da União Europeia.

O sentido de responsabilidade que o Governo mais uma vez demonstrou, à semelhança do que tem vindo a acontecer nos últimos quatro anos, voltando a colocar o interesse nacional e a estabilidade política acima das querelas e das jogadas partidárias da oposição, que continua sistematicamente a usar o Orçamento de Estado como arma de arremesso político. Por princípio, o PSD do Dr. Durão vota contra o Orçamento porque... sim. O Dr. Durão é contra o Orçamento porque é líder da oposição. O Dr. Durão é contra o Orçamento, não porque tenha proposto esta ou aquela alteração, não porque discorde dos princípios ou dos valores, mas porque o ser contra o Orçamento acenta que nem uma luva na sua campanha eleitoral para o Congresso de Viseu. O Dr. Durão não é contra o Orçamento porque tenha feito contas e demonstrado que o Orçamento venha prejudicar os portugueses ou o desenvolvimento do País, mas porque, pura e simplesmente, não sabe fazer contas e não tem ninguém que lhe ensine, como já o demonstrou publicamente em entrevista à televisão. O Dr. Durão também é contra o Orçamento porque, na última campanha eleitoral para as legislativas, com a sua campanha de supermercado, prometeu o *imprometível*, de tal forma que nem ele próprio iria cumprir se, por acidente, chegasse a primeiro-ministro. O Dr. Durão já demonstrou vezes sem conta, que não tem conta nas promessas que faz e que afinal a sua aura de grande líder, de messias ou de salvador da pátria não passou de um grande flop.

Por outro lado, o Partido Comunista continua a votar contra o Orçamento porque ainda não se libertou das amarras do passado e continua a ter que prestar vassalagem à sua linha mais dura.

E é nesta lógica de quintal que se discute e se dificulta a aprovação dos Orçamentos de Estado, ano após ano, sem que os partidos tenham a percepção do que realmente é importante e fundamental para o desenvolvimento e crescimento do País. Mas, o pior é que nem sequer são penalizados pelos prejuízos que daí possam advir.

As consequências da aprovação tardia do Orçamento são enormes. Prejudicam todo o processo de funcionamento da já pesada máquina da Administração Pública, as obras, os concursos, etc. Mas, que importa isso, se, com estes artifícios, conseguem mais umas linhas nos jornais ou mais umas imagens nas televisões. O seu protagonismo esgota-se num conjunto de dissertações vagas e sem critério para o consumidor mais distraído. É pois, neste mar de baixa política que, ano após ano, se mergulha para se discutir o Orçamento. Propostas credíveis ou alternativas valorosas é que cada vez aparecem menos, talvez por isso é que arranjam artifícios para dificultar a sua aprovação.



PCP DÁ BALÃO DE OXIGÉNIO À AD

O anúncio pelo PS na Assembleia da República de que iria apresentar uma moção de censura ao Governo da AD e a condenação pelos socialistas da greve geral da CGTP que só serviu os interesses da direita eram os temas centrais da edição de 18 de Fevereiro de 1982 do órgão oficial do PS.

«Governo devia largar o poder quanto antes» era a manchete da primeira página. Relativamente à greve da CGTP «recomendada» pelo PCP, o camarada Mário Soares afirmava ao «AS»: «Nunca foi tão patente a instrumentalização da Inter pelo PCP».

Por seu turno, o camarada Vítor Constâncio, falando numa conferência de Imprensa realizada no Funchal no final das Jornadas Parlamentares do PS, sublinhava: «O fracasso da greve geral da CGTP não é motivo de regozijo para os socialistas, porque pode resultar em alento e num certo triunfalismo para a AD».

J. C. CASTELO BRANCO

18 de Fevereiro

Quem disse?

«Ao pretender telecomandar os sindicatos, o PCP deu um balão de oxigénio à AD»
Comissão Permanente do PS



Cidadãos escrevem a João Soares exigindo a não alteração do PDM

Um abaixo-assinado subscrito por um grupo de sócios do Benfica foi enviado ao presidente da Câmara de Lisboa, João Soares, pedindo que o município exija à actual direcção do Sport Lisboa e Benfica «o integral cumprimento do protocolo de

acordo, assinado entre o SLB e a CML em Novembro de 1995». Segundo o jornal «Record» de 12 de Fevereiro, na missiva solicita-se simultaneamente a João Soares «a não alteração do PDM para a referida área».

Humberto Delgado: Homenagem no local da morte

Várias dezenas de pessoas participaram numa jornada que assinalou, no passado domingo, os 35 anos da morte de Humberto Delgado, no local onde o corpo do «General Sem Medo» foi encontrado, perto de Villanueva del Fresno, Espanha. A iniciativa partiu da Escola Humberto Delgado (Loures) e da fundação com o nome do general e constituiu a primeira «jornada cívica» no monumento dedicado ao general, habitualmente visitado por muitas pessoas a título individual desde

que foi inaugurado há cinco anos. Além de autarcas portugueses e espanhóis e de amigos da família, assistiram à homenagem a filha do general, Iva Delgado, e Maria Iva Andrade Delgado, de 91 anos, viúva de Humberto Delgado. A cerimónia incluiu a deposição de coroa de flores no vidro que protege o espaço físico onde foi encontrado o corpo de Humberto Delgado, a 13 de Fevereiro de 1965, numa zona rural junto à fronteira luso-espanhola.

Rui Cunha garante: Rendimento Mínimo é dos sistemas com menos fraudes

O secretário de Estado Adjunto do ministro do Trabalho e da Solidariedade afirmou-se convencido de que o Rendimento Mínimo Garantido é dos sistemas com menor número de fraudes.

Rui Cunha falava no dia 2, na cerimónia de encerramento do seminário europeu «Políticas e Instrumentos de Combate à Pobreza na União Europeia: A Garantia de Um Rendimento Mínimo», que se realizou em Almcil, concelho de Loulé.

«Eventualmente haverá fraudes», reconheceu o governante, perguntando: «No relacionamento entre o Estado e os cidadãos, onde não há tentativa de fraude?».

O secretário de Estado garante que «trabalha-se todos os dias, juntamente com os parceiros do sistema, para aperfeiçoar os processos» e sublinhou que a medida está a entrar «numa nova fase».

«Entramos numa nova etapa», que tem por objectivo a «criação de uma rede social» para intervenção social directa, com um «aprofundamento das parcerias» entre o Governo e as diversas entidades não governamentais que participam na medida.

Outro objectivo desta rede social será a «planificação futura da intervenção social em cada concelho, distrito e região», explicou o governante. Esta iniciativa reforçará a componente de reinserção da medida que, segundo Rui Cunha, «não se esgota no emprego».

«É preciso encontrar formas de inserção para as crianças e jovens, para os incapacitados e os idosos, que não passam pelo emprego», disse, acrescentando que «estes são cidadãos com os mesmos direitos que todos os outros».

Luto: Morreu a mãe do Presidente da República

A mãe do Presidente da República, Fernanda Bensaúde Branco Sampaio, morreu, no dia 15, em Lisboa, com 92 anos. De origem judia, a mãe do actual chefe de Estado português exerceu grande influência em Jorge Sampaio, obrigando designadamente o jovem Jorge a falar inglês em casa.

«Se falo inglês é porque a minha mãe viveu em Inglaterra dos 10 aos 16 anos e depois foi professora de inglês a vida toda», disse um dia Jorge Sampaio.

A primeira atitude de Sampaio quando foi eleito Presidente da República há quatro anos foi precisamente visitar a mãe.

«(A minha mãe) é uma pessoa disciplinada,

metódica. Admiro-lhe muito a inteligência e o espírito lutador. Teria sido sufragista. Sempre se interessou imenso pelos problemas dos outros e é daquele género que quando não concorda, protesta, escreve, mexe-se, até conseguir que as coisas se resolvam», disse Jorge Sampaio num entrevista em 1995.

O líder do Conselho Nacional da Resistência Timorense, Xanana Gusmão, foi um dos primeiros a apresentar as condolências ao Presidente da República pela morte da mãe. À chegada a Baucau, e perante a maior recepção popular dos três dias de visita, Jorge Sampaio recebeu «um abraço de muita amizade» de Xanana.

AS GRANDES LINHAS DO ORÇAMENTO 2000: MELHORES PENSÕES E MAIS APOIOS AOS IDOSOS

Mostrando abertura para o diálogo e pensando exclusivamente no interesse nacional, sobretudo no sentido de haver estabilidade política, o Governo introduziu mais 12 medidas para aperfeiçoar o Orçamento de Estado de 2000. Com as novas medidas, serão largamente beneficiados o regime de pensões dos trabalhadores rurais, os escalões mais baixos do IRS e os cidadãos que têm idosos a seu cargo. Estas propostas, como explicou o primeiro-ministro, são inteiramente compatíveis com os compromissos do Estado português perante a Comissão Europeia, principalmente em termos de cumprimento da meta do défice.

O primeiro-ministro, António Guterres, comentou terça-feira as 12 novas medidas para aperfeiçoar o Orçamento de Estado de 2000. Na sua opinião, elas resultaram de «um exemplar processo democrático», durante o qual o Governo aceitou sugestões das diversas forças políticas. «As propostas devem ser analisadas pelo seu mérito, venham elas de partidos dispostos a viabilizar o Orçamento ou de partidos que não estejam dispostos a tal», frisou o secretário-geral do PS. «O Governo considera que é extremamente importante que um processo como este nos possa permitir em conjunto encontrar soluções compatíveis com o rigor orçamental», declarou António Guterres, ao mesmo tempo que lembrava que o custo orçamental das propostas aceites «é inteiramente comportável com o défice acordado com Bruxelas». Como frisou na segunda-feira passada, as medidas anunciadas «correspondem a objectivos que o Governo tem, nomeadamente no que toca às classes médias no IRS, às pequenas empresas no IRC e a melhorias no domínio ambiental. Por outro lado, salientou o primeiro-ministro, o aumento das pensões do regime agrícola vai permitir que mais de 500000 trabalhadores rurais tenham uma reforma que, embora não seja ainda de montante desejável, vai ultrapassar os 32 contos por mês a partir de meados do próximo ano. Finalmente, a majoração dos encargos com ascendentes representa «um sinal para as famílias que querem ter os idosos nas suas casas e não colocá-los num lar, o que é compatível com a política do Governo de até ao final da presente legislatura duplicar o apoio domiciliário aos idosos. De referir ainda, também de acordo com o chefe do Governo, que o desaparecimento do imposto sucessório



para os filhos menores demonstra «a vontade do Governo de, a prazo, e no quadro de reformas mais amplas, vir a eliminar este imposto. De todas as sugestões vindas de outras forças políticas, o Governo aceitou aplicar no Orçamento de Estado deste ano 12 propostas, que foram anunciadas em conferência de Imprensa pelo ministro das Finanças e da Economia, Pina Moura, e pelo titular da pasta da Solidariedade e do Trabalho, Eduardo Ferro Rodrigues.

Sugestões admitidas pelo Governo

Com a aprovação do Orçamento de Estado de 2000, possibilitam-se os pagamentos por conta iguais a 75 por cento do imposto liquidado no exercício do ano anterior para as empresas com um volume de negócios entre 30 mil e 100 mil contos; as despesas de representação e os encargos com viaturas passam a ser tributados à taxa autónoma de 6,4 por cento; aumenta-se em 2,75 por cento o limite inferior do primeiro escalão do IRS; há uma majoração em 50 por cento (30150 escudos) por ascendente que resida comprovadamente em casa do sujeito passivo do IRS e não aufera de rendimento superior à pensão mínima do regime de Segurança Social; concretiza-

renováveis com benefícios ambientais provados em sem pôr em causa a competitividade das empresas ou que estimulem a utilização de energias renováveis (gás natural nos transportes, sistemas passivos de energia solar). Outras medidas passam pela dedução para efeitos fiscais de investimentos em inovação nos projectos empresariais realizados em parceria com laboratório do Estado e centros tecnológicos em taxa a fixar e por uma aumento das pensões dos trabalhadores rurais, implicando um acréscimo de seis milhões de contos do valor a transferir do Orçamento do Estado para o Orçamento da Segurança Social. Como afirmou o ministro das Finanças e da Economia, todas as propostas foram aceites «tanto por serem compatíveis com o equilíbrio das finanças públicas, como por corresponderem à matriz da sua elaboração».

Segundo Pina Moura, o Orçamento proposto pelo Governo tem três características identificadoras: rigor, justiça social e competitividade. «Sempre dissemos que não estavam em causa fazer alterações que desvirtuassem estas três características», reforçou o membro do Governo, salientando depois que a proposta do executivo tem o apoio de 115 deputados do PS, eleitos por 44 por cento dos portugueses. «Sempre dissemos que o diálogo para melhorar o Orçamento estava aberto a todas as forças políticas representadas no Parlamento e a todas as propostas que surgissem no debate público, que, felizmente, o diploma suscitou», acrescentou o ministro das Finanças e da Economia.

Nesse sentido, de acordo com Pina Moura, «o Governo prestou particular atenção» aos contributos que se manifestaram nos debates travados nas diferentes comissões parlamentares, «particularmente na Comissão de Economia e Finanças», e tomou igualmente nota das seis propostas apresentadas pelo PP na sexta-feira passada.

«Estas alterações surgem da verificação de consensos e não de negociações. Não negociámos com ninguém», frisou o ministro, acrescentando que todos os partidos com assento parlamentar se revêm nas novas medidas. Como exemplo, lembrou o facto de o PSD sempre ter defendido a alteração à tributação das despesas de representação e dos encargos com viaturas.

Já para o ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, o Orçamento de Estado de 2000 «apresenta o mais importante aumento de pensões de sempre, beneficiando quem dedicou a sua vida à agricultura, frequentemente trabalhando de sol a sol, com inúmeros sacrifícios e grades provações».

se a extensão para os rendimentos de 2000 das cláusulas de salvaguarda dos contribuintes que dela beneficiem para os rendimentos de 1999; e eliminação mais rápida do benefício fiscal sobre os dividendos das acções cotadas, de tal forma que no exercício de 2000 o benefício será de 40 por cento, no de 2001 de 20 por cento e no de 2002 será eliminado.

No quadro das propostas que também serão inseridas no Orçamento, são colocadas três alterações ao Imposto Sucessório: eliminação imediata para as transmissões a descendentes de menores; aumento de 40 por cento dos escalões do imposto e redução de taxas para as transmissões a favor de descendentes maiores e cônjuges.

Orçamento de Estado de rigor

No Orçamento de Estado de 2000, também se assistirá a uma redução em 20 por cento do Imposto Automóvel para os veículos ligeiros que utilizem exclusivamente como combustível gases de petróleo liquefeito (GPL), gás natural ou que sejam movidos a energia eléctrica ou outra energia renovável; a uma concessão de benefícios fiscais, visando a promoção das energias mais limpas e

VISITA HISTÓRICA A TIMOR-LESTE

O Presidente da República regressou terça-feira, de manhã, de uma visita histórica a Timor-Leste, a primeira de sempre de um chefe de Estado português ao território. O último dia de presença de Jorge Sampaio em Timor-Leste, porém, ficou assinalado pela triste notícia do falecimento da sua mãe, cujo funeral teve lugar na terça-feira, da Igreja de São Sebastião da Pedreira para o cemitério do Alto de São João em Lisboa. Um dos momentos mais marcantes da visita do Presidente da República aconteceu no domingo, quando, de lágrimas nos olhos, no cemitério de Santa Cruz, lembrou as vítimas do massacre de 12 de Novembro de 1991. Acompanhado pelo bispo D. Ximenes Belo, Jorge Sampaio viu também a violência da destruição da residência episcopal em Díli.

Integrada à última hora no programa oficial da visita que o Presidente da República efectuou desde sábado a Timor-Leste, a ida ao cemitério de Santa Cruz constituiu um reviver dos momentos mais dramáticos passados naquela local, quando as tropas indonésias massacraram um número indeterminado de pessoas – cerca de mil –, que se preparavam para participar na cerimónia fúnebre de um jovem timorense. A ida ao cemitério intercalou a visita que Jorge Sampaio efectuou antes ao Contingente Nacional para Timor – constituído pelos militares portugueses que integram a missão das Nações Unidas no território – e a inauguração da Avenida de Portugal, antiga Avenida Marginal.

A homenagem, discreta a pedido expresso de Jorge Sampaio, foi marcada pelo diálogo curto e privado que Jorge Sampaio, colocando entre Ximenes Belo e Xanana Gusmão, manteve a alguns metros da capela do cemitério. O que disseram ninguém ouviu, mas todos viram no final os três homens com os olhos marejados em lágrimas quando se aproximaram de novo das dezenas de pessoas que os acompanharam na homenagem.

«Muitos jovens refugiaram-se na minha casa e quando cheguei ao cemitério de Santo Cruz vi os militares indonésios a tentar esconder o seu crime, tapando sangue com areia. Dentro da capela vi um jovem banhado em sangue, exangue, que me pediu pão e água. Dei-lhe a extrema-unção. Morreu pouco tempo depois», recordou o bispo D. Ximenes Belo aos jornalistas portugueses que acompanharam a visita de Jorge Sampaio. O bispo acredita que nenhum dos restos mortais actualmente enterrados em Santa Cruz pertenceram às vítimas do massacre. «Foram deitados em



valas comuns ou jogados ao mar», sustentou.

Sampaio na residência de D. Ximenes

O Presidente da República passeou também pelos escombros da residência episcopal em Díli, destruída na violência indonésia de Setembro passado, mas que meses depois ainda permanece sem telhado, sem janelas e com as marcas de balas nas paredes. A visita a casa de D. Ximenes Belo, que viu a sua casa ser incendiada, ocorreu momentos antes do primeiro encontro a sós entre o chefe de Estado e o bispo. «É um momento histórico para mim, e sobretudo para a Diocese de Díli, por que está em frente destas ruínas o senhor Presidente», disse, depois do encontro D. Ximenes Belo. «Esta casa, que foi por muitos anos refúgio dos timorenses, que aqui vinham para falar, adquiriu um bálsamo para o seu sofrimento. Desta vez, o senhor Presidente acolhe e ouve as palavras» dos timorenses. «Fizemos chegar os nossos desejos, as nossas aspirações de reconstrução de Timor - sobretudo no campo da saúde e no campo da educação – e a disponibilidade de mobilizar as forças para esta reconstrução».

Já para Jorge Sampaio, disse que não esperava estar em Díli naquele contexto e sobretudo estar perto da residência destruída de Ximenes Belo. «É importante

médias empresas, de novos focos importantes de agricultura, isto, obviamente, vai necessitar de muita afectividade, austeridade de comportamentos e muita eficácia», acrescentou Jorge Sampaio.

O papel dos militares portugueses

Para o Presidente da República, as relações entre Portugal e Timor-Leste dependerão em boa medida da articulação dos militares portugueses ao serviço das missões das Nações Unidas no território. Ao discursar após a visita que efectuou às instalações da antiga Escola Técnica de Becora, local onde os militares portugueses se encontram instalados, Jorge Sampaio lembrou que, mais do que ninguém, «os soldados portugueses têm a obrigação de respeitar os timorenses e de os defender no exercício das suas competências e no quadro da missão que foi dada pelas Nações Unidas».

O chefe de Estado considerou também que a missão «tem um significado muito especial para Portugal e para as suas Forças Armadas, que regressam a Timor-Leste para garantir a segurança do território e para assegurar o caminho pacífico para a independência. Os portugueses têm os olhos postos na vossa missão», alertou o Presidente da República, que manifestou a certeza que será desempenhada com «exemplar profissionalismo e espírito de servir, repetidamente demonstrados pela participação das Forças Armadas portuguesas em Angola, Moçambique, Bósnia e Kosovo, onde, como todos sabemos, prestigiamos o nome do país». Como frisou Jorge Sampaio, ainda dirigindo-se aos militares portugueses, «também os timorenses têm os olhos postos na missão portuguesa. Todos estamos conscientes das elevadas expectativas dos timorenses e da relação especial de afecto que une os portugueses e os timorenses, construídas nos anos difíceis da luta contra a opressão e contra a ocupação». Para o chefe de Estado, «essa experiência deve ter como contrapartida um comportamento profissional e pessoal exemplar no desempenho desta missão».

Finalmente, o Presidente da República considerou como «uma grande honra para a Marinha portuguesa» estar «25 anos depois» no estreito que separa a ilha de Timor da ilha de Ataúro. Falando na guarnição da fragata «Vasco da Gama», Jorge Sampaio disse que os portugueses têm «todas as razões» para se sentirem orgulhosos das suas Forças Armadas, e concretamente da Marinha, cujos elementos, «com dedicação» e «capacidade», durante tantos meses, «representaram Portugal nesta difícil missão que é ajudar a consolidar a paz no percurso para a independência de Timor-Leste».

PELO PAÍS

Governança Aberta

AMBIENTE

O ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, José Sócrates, admitiu na sexta-feira, dia 11, em Silves, que o Algarve terá condições, nos próximos quatro anos, para atingir os níveis médios europeus de qualidade ambiental.



Para atingir os indicadores médios europeus, segundo avançou Sócrates, está prevista a criação de um Sistema Multimunicipal de Tratamento de Águas Residuais, que vai permitir «despoluir a região em mais de 90 por cento». Falando na inauguração do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Barlavento Algarvio, na Estação de Tratamento de Água de Alcantarilha, em Silves, José Sócrates sublinhou que o Algarve, como região turística, tem de apresentar elevados padrões de qualidade ambiental.

Na prossecução desse objectivo, «os dois sistemas multimunicipais de abastecimento de água do Barlavento e Sotavento do Algarve vão ser ligados para garantir o fornecimento e qualidade da água em toda a região», acrescentou, «Trata-se de uma questão vital para o sistema de abastecimento público de água no Algarve», disse o governante, sublinhando que, simultaneamente, vai ser criada a empresa Águas do Algarve para gerir os dois sistemas.

«Não há nenhuma razão para existirem dois sistemas de gestão, um no Barlavento e outro no Sotavento. Um único sistema de gestão pode gerir vários sub-sistemas físicos», explicou.

O ministro acrescentou que, para garantir em idênticas circunstâncias de qualidade e de quantidade o abastecimento de água a todos os municípios da região, os concelhos de Alcoutim, Monchique e Aljezur vão ser integrados nos sistemas intermunicipais de abastecimento de água.

CULTURA

O ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, propôs na sábado, dia 12, a construção de um novo edifício para a Biblioteca Pública de Évora (BPE) e a criação de uma Biblioteca Municipal na cidade.

Carrilho revelou também a aposta no avanço do novo Arquivo Distrital de Évora e na ampliação do museu da cidade, em consequência da libertação do edifício

onde se encontra instalada a BPE, junto ao Templo Romano.

As propostas foram apresentadas durante uma reunião entre o ministro da Cultura e o presidente da Câmara Municipal de Évora, Abílio Fernandes, destinada a analisar os problemas de funcionamento da BPE, entre eles as dificuldades de expansão e a necessidade de modernização.



A reunião, realizada nos paços do Concelho de Évora com a presença dos vereadores de todas as forças políticas com assento no executivo camarário, surgiu na sequência de uma audiência solicitada pelo município para discutir os «graves» problemas de funcionamento da BPE.

Manuel Maria Carrilho garantiu que o seu ministério assumirá, por inteiro, a construção do novo edifício da BPE e, em parceria com a autarquia, a construção da Biblioteca Municipal.

«Vamos procurar que haja uma solução arquitectónica e funcional, complementar e integrada, que potencie o serviço público que ambas as bibliotecas pretendem prestar», sublinhou.

DESPORTO

O ministro da Administração Interna e do Desporto, Fernando Gomes, afirmou quinta-feira, dia 10, em Lisboa, que o Governo não vai responsabilizar-se por eventuais derrapagens nas despesas de clubes e municípios relacionadas com o Campeonato Europeu de Futebol de 2004. Ouvindo e questionado na Comissão Parlamentar do Desporto e Juventude, Fernando Gomes também reafirmou que o aumento do orçamento para o Desporto face ao ano anterior é de 33 por cento, contrariando a tese dos deputados Carlos Maria, do PSD, e Bernardino Soares, do PCP.

Sobre eventuais desvios nas despesas previstas para o Euro'2004, o membro do Executivo socialista diz não acreditar que aconteçam, afirmando, por exemplo, que clubes como FC Porto, Sporting, Benfica e Boavista têm projectos assentes em operações imobiliárias sólidas.

«O Governo assumiu compromissos com clubes (financiar em 25 por cento as obras necessárias) e autarquias. Se houver derrapagens, serão da responsabilidade dessas entidades. (...) Os municípios

terão uma verba do Quadro Comunitário de Apoio em que a parcela para infra-estruturas desportivas é considerável», disse Gomes, acrescentando ter a garantia dos dirigentes desportivos de que os acordos estabelecidos serão honrados.



Interrogado por Silvío Cervant, do PP, se estava em condições de afirmar que os clubes não receberão qualquer linha de crédito extraordinária, em caso de derrapagem, Gomes explicou que não pode assegurar que não haverá falhas, garantindo, porém, que não irá consentir que disparem. Além disso, refere que há uma margem de segurança para o caso de haver estádios incapazes de acolher aquele evento.

«São precisos oito estádios e nós temos dez. Se falhasse ainda mais um, o Estádio Nacional, mediante uma pequena obra, estaria preparado para o Euro'2004», sublinhou.

EQUIPAMENTO

O Ministério do Equipamento Social está a estudar a possibilidade de ser construído um túnel que atravesse a Serra da Estrela, devendo o concurso público ser lançado ainda este ano.

A iniciativa foi anunciada, no dia 11, pelo ministro da tutela, Jorge Coelho, na Assembleia da República, no decorrer de uma reunião com a Comissão Parlamentar do Equipamento Social, para explicar as verbas do Plano de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDACC).

A obra, que tem orçamentados 400 mil contos no PIDDAC deste ano, insere-se num conjunto de oito projectos que o Ministério do Equipamento pretende iniciar este ano, entre os quais a travessia do Tejo, a criação das condições de acessibilidade aos centros urbanos, a recuperação de património e monumentos nacionais - designadamente a Basílica da Estrela.

O túnel sob a Serra da Estrela ligará o IP2 ao IP5, tornando possível fazer o trajecto entre Seia e a Covilhã em cerca de 17 minutos, contra mais de uma hora actualmente.

O anteprojecto já está concluído, tendo ficado demonstrado - segundo adiantou Jorge Coelho - que a construção do túnel é uma «obra viável». Segue-se agora a

realização do estudo de impacte ambiental, prevendo o ministro que o concurso seja lançado ainda este ano.

«Gostaríamos de lançar este projecto em 2000», sublinhou Jorge Coelho, acrescentando que o túnel recebeu o apoio da região, que o considera «uma obra fundamental em termos de desenvolvimento».

Ao longo de quase seis horas de comissão, Jorge Coelho explicou aos deputados as metas do ministério para os próximos anos, enumerando exaustivamente as verbas incluídas no PIDACC incluído no Orçamento de Estado para 2000.

Dar continuidade ao desenvolvimento das infra-estruturas rodoviárias do País, criando condições para deslocações mais rápidas, a conclusão do Eixo Norte-Sul, parado há cerca de oito anos, e o plano de sinalização foram algumas das metas de curto prazo avançadas pelo ministro.

PLANEAMENTO

A ministra do Planeamento afirmou, no dia 11, no Porto, que o III Quadro Comunitário de Apoio (QCA) «tem condições para arrancar» sem esperar pela nomeação dos comissários regionais.



«Caso contrário, estaremos a contaminar definitivamente o arranque do QCA», considerou a ministra.

Elisa Ferreira falava, sexta-feira, à entrada do Edifício da Alfândega, no Porto, onde se deslocou para presidir à sessão de encerramento da conferência «Como gerir para competir no sector dos serviços», promovida pela Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações.

De acordo com a governante, os comissários «são um compromisso político do Governo», mas estão «ainda por definir as suas competências».

«Se os comissários regionais vierem a ter competências no âmbito da gestão de fundos, elas terão de ser redefinidas e balizadas mais tarde», salientou, explicando que, «neste momento, o III QCA tem todas as suas estruturas montadas» sem prever «a colaboração desses comissários».

Para Elisa Ferreira, «seria impossível avançar em Março ou Abril com o III QCA sem utilizar para isso figuras que já estivessem estabilizadas e com rotinas criadas».

DESTAQUE – CM

Saúde

INCENTIVO AO USO DO CARTÃO DE UTENTE

O Governo quer que o cartão de identificação do utente do Serviço Nacional de Saúde (SNS) seja apresentado sempre que os utentes utilizem os serviços das instituições e serviços integrados no SNS ou com ele convencionado.

A decisão foi tomada na passada quinta-feira, dia 10, em Lisboa, durante a reunião de Conselho de Ministros.

A medida visa promover a generalização do uso do cartão de utente no sistema de saúde, possibilitando, deste modo, o conhecimento inequívoco de cada utente no sistema, a referenciação com identificação única inter e intra estabelecimentos de saúde, a medição de frequência de utilização e acesso a diferente tipologia de serviços de saúde, o que potencia uma melhor prestação de cuidados para além de constituir uma mais valia global em termos de planeamento e estatística da saúde.

Aos utentes não é cobrada, com excepção das taxas moderadoras quando devidas, qualquer importância relativa às prestações de saúde quando devidamente identificados nos termos do decreto-lei

aprovado pelo Executivo ou desde que façam prova, nos dez dias seguintes à interpeção para pagamento dos encargos com os cuidados de saúde prestados, de que são titulares ou requereram a emissão do cartão de identificação de utente do Serviço Nacional de Saúde.

Sublinhe-se que a não exibição do cartão não pode, em circunstância alguma, pôr em causa o direito à protecção na saúde constitucionalmente garantido, evitando que o problema burocrático ou administrativo da identificação do utente do SNS impeça a realização das prestações de saúde.

Todavia, torna-se necessário associar consequências à não identificação do cartão e que assentem no pressuposto que o utente não identificado não é beneficiário do Serviço Nacional de Saúde, associando o ónus do pagamento directo do utente pelos encargos decorrentes de cuidados prestados, quando não se apresente devidamente identificado nas instituições e serviços prestadores ou não indique terceiro, legal ou contratualmente responsável.



DESTAQUE – CM

Banca

CRIADO SISTEMA DE ACESSO AOS SERVIÇOS MÍNIMOS

O Executivo socialista deu luz verde, no dia 10, à criação um sistema que permitirá às pessoas que não possuam conta bancária contratar junto de instituições de crédito a abertura de conta de depósitos à ordem.

O Sistema de Acesso aos Serviços Mínimos Bancários, cuja criação está prevista num decreto-lei aprovado quinta-feira pelo Conselho de Ministros, será concretizado mediante protocolo a assinar entre o Governo, o Banco de Portugal e as instituições de crédito aderentes.

Além da abertura de conta à ordem, o novo sistema vai permitir também às pessoas dispor, além de outros serviços básicos subordinados àquela conta, de um cartão de débito para movimentação dos fundos nela depositados.

As instituições de crédito reservam-se o direito de celebrar contratos de depósitos à ordem ou a prazo, e de estabelecer quer os montantes mínimos de abertura dessas contas, quer os saldos médios liberatórios das despesas de manutenção e o valor e periodicidade desta.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 10 de Fevereiro

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto-lei que estabelece que o cartão de identificação do utente do Serviço Nacional de Saúde (SNS) deve ser apresentado sempre que os utentes utilizem os serviços das instituições e serviços integrados no SNS ou com ele convencionado ;
- Um decreto-lei que permite a celebração de contratos administrativos de provimento para desenvolvimento e elevação dos níveis de eficácia do Rendimento Mínimo Garantido;
- Um decreto-lei que aprova o processo de reprivatização da totalidade do capital social da Drifal - Plásticos de Portugal, SA,;
- Um decreto-lei que cria o Sistema de Acesso aos Serviços Mínimos Bancários;
- Um decreto-lei que estabelece o regime jurídico relativo às transferências internas e transfronteiras realizadas nas moedas dos Estados integrantes do Espaço Económico Europeu e transpõe para a ordem jurídica interna a directiva comunitária correspondente;
- Um decreto-lei que estabelece as condições em que actuais funcionários com licenciatura e licenciados em Estudos Avançados em Gestão Pública, a ser ministrado pelo Instituto Nacional de Administração (INA), ingressam na Função Pública;
- Um decreto-lei que cria uma linha de crédito destinada a financiar a reparação de estruturas e equipamentos danificados pelos ventos ciclónicos ocorridos em Dezembro de 1998;
- Um decreto-lei que estabelece as características a que devem obedecer o arroz e a trinca de arroz destinados ao consumidor final, fixando os respectivos métodos de análise, tipos de classe comerciais, classificação de variedades e estabelecendo as regras da sua comercialização, acondicionamento e rotulagem;
- Um diploma que altera o decreto-lei que integrou no sistema educativo nacional, ao nível do ensino superior politécnico, o ensino das tecnologias da saúde;
- Um decreto regulamentar que reestrutura a carreira inspectiva da Inspeção-Geral da Administração do Território (IGAT), por força do disposto no n.º 3 do artigo 17º do decreto-lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro (que aprovou a reestruturação de carreiras na administração pública);
- Um decreto regulamentar que reestrutura as carreiras de inspeção do Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho, por aplicação do decreto-lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;
- Um decreto regulamentar que altera o anexo III a que se refere o artigo 52º do decreto regulamentar n.º 34/97, de 17 de Setembro, que regula os requisitos das instalações e do funcionamento dos meios complementares de alojamentos;
- Uma proposta de resolução que aprova a convenção entre a República Portuguesa e o Grão-Ducado do Luxemburgo para evitar as duplas tributações e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento e o património, assinado em Bruxelas, em 25 de Maio de 1999;
- Uma proposta de resolução que aprova a convenção entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde para evitar a dupla Tributação em matéria de impostos sobre o rendimento e prevenir a evasão fiscal e respectivo protocolo, assinados na Praia, em 22 de Março de 1999;
- Um decreto que aprova o Código Ibero-Americano de Segurança Social e os seus protocolos primeiro e segundo, assinado em Madrid, em 19 de Setembro de 1995;
- Um decreto que aprova a convenção-quadro entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha relativa à melhoria das acessibilidades entre os dois países, assinada em Albufeira, em 30 de Novembro de 1998;
- Uma resolução que autoriza o fretamento de meios de transporte aéreo para movimentar o pessoal do Contingente Nacional para Timor (CNT) para Darwin, na Austrália;
- Uma resolução que nomeia António Nunes de Carvalho Santana Carlos ministro plenipotenciário de 1ª Classe, encarregado de missão junto do ministros dos Negócios Estrangeiros para a questão de Timor-Leste;
- Uma resolução que ratifica o Plano de Urbanização da cidade de Cantanhede;
- Uma resolução que ratifica a alteração do Plano Director Municipal de Castro Daire;
- Uma resolução que ratifica o Plano de Pormenor de Expansão da Zona Industrial da Sertã, no município da Sertã;
- Uma resolução que ratifica a alteração dos artigos 18º e 44º do regulamento do Plano Director Municipal de Vinhais.



DEPUTADO MANUEL ALEGRE

Requerimento

SITUAÇÃO AMBIENTAL EM SOUSÉLAS E MACEIRA



O deputado socialista e vice-presidente da Assembleia da República, camarada Manuel Alegre, num requerimento apresentado no dia 14,

solicitou ao ministro do Ambiente e Ordenamento do Território, José Sócrates, os seguintes esclarecimentos: «Que diligências foram feitas para a instalação de filtros de manga em todas as unidades e em todos os fornos, designadamente em Souselas? Em que prazo se prevê a conclusão da respectiva instalação e a sua entrada em funcionamento? Como foram, estão ou vão ser financiadas essas diligências? Quais os encargos do programa de esclarecimento e informação pública previsto no memorando do primeiro-ministro? Qual a

rubrica do PIDDAC que o suporta? Caso sejam suportados por outra via, que fundos o financiam?».

No requerimento que é acompanhado por uma série de documentos, Manuel Alegre lembra que, decorrido mais de um ano sobre o acordo entre o primeiro-ministro e os autarcas de Souselas e Maceira, «constata-se que a prometida instalação de filtros de manga não está ainda concluída». Por outro lado, o deputado do PS refere que no Orçamento de Estado para 2000, em fase de apreciação na Assembleia da República, «o PIDDAC regionalizado apenas prevê, para o distrito de Coimbra, em matéria de requalificação ambiental de Souselas uma verba de 16.585 contos para financiar a instalação e funcionamento do gabinete Técnico de Requalificação de Souselas».

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO MEDEIROS FERREIRA

Aeroportos açorianos

JORGE COELHO QUESTIONADO SOBRE CONDIÇÕES DE SEGURANÇA



O deputado socialista Medeiros Ferreira questionou na Assembleia da República o ministro Jorge Coelho, na reunião conjunta das Comissões de Economia e do Equipamento, realizada no dia 2, sobre as

condições de segurança dos aeroportos açorianos. Na ocasião, o ministro Jorge Coelho informou os deputados que, neste momento, está em estudo, para além dos projectos de investimentos já previstos, nomeadamente no campo da Meteorologia, a instalação de novos sistemas de aproximação de voo.

DEPUTADO JOÃO SOBRAL

Saúde

EM DEFESA DE UM SNS PÚBLICO UNIVERSAL E TENDENCIALMENTE GRATUITO

Um socialista pugna sempre em qualquer circunstância pela gratuitidade e universalidade de serviços sociais como, por exemplo, a saúde.

Foi na defesa deste princípio que se centrou a intervenção do deputado do PS João Sobral.

A direita espreita as insuficiências do sistema de saúde pública para atacá-lo e assim criar condições para a destruição do SNS, um dos seus velhos sonhos.

João Sobral, nesta sua estreia na Assembleia da Assembleia, defendeu «a sustentabilidade de um Serviço Nacional de Saúde (SNS) público, universal e tendencialmente gratuito».

O deputado do PS, que falava no dia 12 de Janeiro durante a discussão de um projecto-lei do PCP sobre redução dos gastos com medicamentos e outro do BE sobre a criação de farmácias públicas e medidas para o

desenvolvimento e racionalização do SNS, salientou que em relação a estes dois projectos o PS «comunga com alguns dos princípios e propostas apresentadas, as quais constam do programa do Governo». «Defendemos o SNS por uma questão de solidariedade, sobretudo para com aqueles de quem o mercado sempre se esquece e que queremos que continuem a ter acesso a cuidados de saúde de qualidade, promovidos de uma forma activa», disse, reafirmando que o PS defende o SNS e o seu modelo de funcionamento. «apostando numa rápida melhoria e aperfeiçoamento dos modelos de gestão e controlo, já que a sua alteração no sentido que alguns defendem, permitiria, a curto prazo, a criação de dois modelos, um para ricos e outro para pobres, mas ambos financiados pelos impostos ou deduções a impostos».

J. C. C. B.

DEPUTADA JAMILA MADEIRA

Prémio

ELEITA PERSONALIDADE DO ANO PELA AIRA

É o reconhecimento da competência, da dedicação, do amor à causa pública.

Jamila Madeira afirma-se como uma mais-valia do Grupo Parlamentar do PS.

A deputada socialista Jamila Madeira é a personalidade política do ano de 1999, eleita pela Associação da Imprensa Regionalista do Algarve (AIRA). Aquela associação elege anualmente as personalidades regionais que mais se destacaram nas áreas da política, cultura e desporto.

A entrega dos prémios decorreu no dia 11, no casino de Vilamoura.

Jamila Madeira, 24 anos, economista é vice-presidente da bancada parlamentar socialista, tendo sido eleita deputada pelo distrito de Faro nas legislativas de 10 de Outubro.

A deputada integra as comissões



parlamentares de Economia e Finanças e Juventude e Desporto e é candidata à liderança da JS.

J.C.C.B.

PORTUGAL SOCIALISTA



25 anos depois de Abril

As pessoas em primeiro lugar

NAS BANCAS

CIMEIRA

UE|África

GAMA DIZ QUE SE PERCORREU UM LONGO CAMINHO PARA CHEGAR AO CAIRO

Para garantir o êxito e chegar onde hoje chegou - ao anúncio de que a cimeira euro-africana está confirmada para o calendário previsto -, Jaime Gama diz que foi preciso «trabalhar muito», mas também aparentar «desinteresse» para estimular os outros.

«O facto de não termos, num determinado momento, incluído a cimeira no programa da presidência portuguesa serviu de estímulo para que os participantes se empenhassem de uma forma mais positiva», reconhece.

Mesmo quando parecia desinteressado, Portugal continuava a trabalhar: «Realizámos um conjunto de iniciativas e contactos para desbloquear e vencer resistências e dificuldades e para agregar os parceiros necessários para levar esta ideia por diante», recorda.

Depois de deslocações-relâmpago à Argélia e a Marrocos, o ministro dos Negócios Estrangeiros português refere-se, finalmente, à Cimeira Euro-Africana do Cairo sem as cautelas das declarações dos últimos meses.

Interrogado sobre se se trabalhou para



garantir a concretização da cimeira durante a presidência portuguesa da UE, Jaime Gama lembra que «quando a ideia foi lançada não havia essa obsessão».

«Poderia até ter sido realizada em presidências anteriores», acrescenta, recordando que tudo começou em 1996, em Luanda, quando sugeriu pela primeira

vez um diálogo da UE com os países africanos a nível continental.

«Naturalmente, como a autoria do projecto era portuguesa sentíamos uma particular responsabilidade em levá-lo a cabo no período da nossa presidência», afirma.

Perseverança

«É o resultado da nossa perseverança. Lançámos a ideia e fomos capazes de a consolidar a nível da UE», diz, visivelmente satisfeito com o desfecho dos contactos que o obrigaram a múltiplas viagens, as últimas das quais a Argel e a Marraquexe. Jaime Gama não esquece que houve quem nunca acreditasse, quem duvidasse de que Portugal conseguiria a concretização do projecto por si idealizado.

«A vida internacional tem muitas semelhanças com o futebol. Creio que demonstrámos que não somos treinadores de bancada», afirma.

Adiantou, a propósito, que «há imensos especialistas sentados nas bancadas que acham que fariam melhor do que os que estão em campo».

CIDADANIA

DIA Europa

CRIADA A PRIMEIRA ONG EUROPEIA DE SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

A primeira ONG europeia de solidariedade internacional, DIA Europa, nasceu em simultâneo em Lisboa, Atenas, Bruxelas e Marselha para «desenvolver uma cidadania activa junto dos jovens baseada na responsabilidade, solidariedade e participação».

DIA Europa, que se intitula uma organização europeia de solidariedade internacional e de desenvolvimento, pretende ser, à imagem da DIA, criada em 1989 e com sede em Marselha, um actor na construção europeia.

Os objectivos desta ONG, sem fins lucrativos, consistem em ajudar as populações através da realização de projectos de desenvolvimento multissetoriais, organizar o envolvimento directo dos beneficiários nos processos e responder à urgência das necessidades, criando ao mesmo tempo as condições para um desenvolvimento durável.

A DIA Europa pretende, segundo um dos seus responsáveis, Frederic Roberts, «levar a Europa, como espaço de liberdade, ao estrangeiro e a miscigenação



para a Europa».

A nível intra-europeu, esta ONG compromete-se a construir «ligações dinâmicas e duráveis entre Lisboa, Atenas, Bruxelas e Marselha, divulgar as realidades humanas extra-europeias e estimular o compromisso europeu e internacional dos jovens».

A nível extra-europeu, a DIA Europa vai «operar na qualidade de organização de cidadãos europeus, divulgar as realidades humanas europeias e participar na acção da União Europeia no mundo».

Durante os dez anos de vida da DIA, a ONG tem mobilizado sobretudo a juventude para a persecução dos seus projectos, muitos deles financiados pela União Europeia (UE), nomeadamente na Bósnia-Herzegovina, Curdistão, Faixa de Gaza, Comores, Iémen e Marrocos.

São responsáveis da DIA Europa em Lisboa Isabelle Buratti Frederic Roberts, tendo este último realçado que Portugal preside neste momento à União Europeia, seguindo-se a França no segundo semestre deste ano dedicado internacionalmente à Cultura para a Paz.

PRESIDÊNCIA PORTUGUESA

Primeiro sucesso

UNIÃO EUROPEIA CONCORDA COM INDICADORES SOCIAIS

A presidência portuguesa da União Europeia conseguiu um primeiro sucesso na reunião informal do Conselho de Assuntos Sociais, que decorreu em Lisboa, na sexta-feira. Os ministros dos Quinze Estados-membros da União Europeia concordaram com a necessidade de se criar um quadro de indicadores sociais para a aferição das políticas de protecção social. Uma proposta de base será apresentada durante o Conselho Europeu de Santa Maria da Feira, que se realizará em Junho.

O documento da presidência portuguesa mereceu o apoio generalizado das delegações que se reuniram em Lisboa no Conselho de Ministros informal do Trabalho e dos Assuntos Sociais. A reacção dos Estados-membros à proposta nacional ultrapassou mesmo os apoios de circunstância. Os «Quinze» concordaram também na necessidade de fazer crescer sustentadamente a riqueza europeia a uma taxa anual média de três por cento e pretendem que os conselhos de ministros dos Assuntos Sociais sejam reconhecidos com maior importância na União Europeia. Sobre o emprego, ficou estabelecido o acordo entre as delegações para o reforço das metas quantificadas, nomeadamente no que respeita à formação ao longo da vida, ao investimento para formação e educação e à sociedade de informação. No final da reunião, o ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, disse pretender-se que os Estados-membros da União Europeia adoptem indicadores ao



nível social, bem como uma maior articulação entre a intervenção estatal e das organizações não governamentais. «Constitui um valor acrescentado aos esforços de cada Estado-membro o desenvolvimento de uma estratégia de cooperação em matéria de inclusão»,

referiu o ministro, para que essa estratégia de cooperação deve ser desenvolvida «no aprofundamento do conhecimento do fenómeno da pobreza», assim como na «análise do impacto social das políticas, nacionais e comunitárias sobre exclusão social» e também no «reforço da estratégia

de compatibilização com a corrente vigente de convergência».

Neste sentido, o ministro do Trabalho e da Solidariedade defende, ainda, «a identificação de boas práticas que associem o conhecimento à acção e que sejam portadoras de inovação ao nível da participação e da articulação entre o sector público e o da solidariedade». Enquadra-se neste último ponto o programa de Rendimento Mínimo Garantido desenvolvido em Portugal, que tem por base parcerias entre o Estado e as organizações não governamentais (ONG).

Durante a reunião informal do Conselho de Ministros de Assuntos Sociais, esteve presente uma ministra austríaca pertencente ao partido de extrema-direita de Joerg Haider. No final da reunião, Ferro Rodrigues salientou que a questão com a Áustria «é o problema de saber se tem havido há uns meses um determinado discurso com sinal político muito claro e agora haver outro discurso político, aparentemente, com outro sinal. A questão de fundo é saber qual é o discurso que tem a ver com a prática política» do novo Governo de Viena, advogou Ferro Rodrigues.

De resto, Ferro Rodrigues preferiu destacar a concordância dos representantes dos «Quinze» em torno de aspectos como a necessidade de um crescimento baseado no sector dos serviços, assim como na procura do pleno emprego, com «emprego de qualidade». Uma destaque especial mereceu a luta contra a discriminação, estando em preparação um «pacote de medidas» pela Comissão Europeia que inclui instrumentos de acção e será apresentado ao Conselho de Ministros.

ÁUSTRIA

Eurodeputados socialistas reafirmam

APOIO À POSIÇÃO ASSUMIDA PELA PRESIDÊNCIA PORTUGUESA

Uma declaração feita no dia 9, em Bruxelas, sobre a situação política na Áustria, a delegação dos socialistas portugueses no Parlamento Europeu (PE) reafirmou «o seu apoio à tomada de posição assumida pela presidência portuguesa e pelos 14 países-membros da União Europeia, relativamente à chegada ao poder, na Áustria, de um partido de extrema-direita, em coligação com os conservadores».

Cientes dos «riscos criados por este perigo precedente, que põe em causa os princípios fundamentais que alicerçam o projecto



europeu e o próprio consenso democrático do pós-guerra», os eurodeputados portugueses do Partido Socialista Europeu (PSE) «exigem firmeza e determinação na aplicação das medidas assumidas, oportunamente, pelos catorze».

Solidariedade com os democratas austríacos

Na declaração, os eurodeputados socialistas consideram que «essas medidas devem ser ajustadas em função da gravidade dos actos e afirmações antidemocráticas, xenófobas e

chauvinistas proferidas por responsáveis políticos dos partidos no poder, na Áustria». Os eurodeputados socialistas manifestam, igualmente, a sua «profunda solidariedade para com todos os democratas austríacos, largamente maioritários, na sua indignação e revolta».

Para os eurodeputados socialistas portugueses, «a intransigência firme na defesa dos princípios inspiradores da União Europeia e do Conselho da Europa são a única garantia de um futuro livre e democrático para todos os cidadãos e povos da Europa».

J. C. C. B.

SEIS PAÍSES CANDIDATOS INICIARAM NEGOCIAÇÕES DE ADEÇÃO

Seis países europeus colocaram-se no dia 15, terça-feira, na grelha de partida para a adesão à União Europeia, fechando um ciclo marcado pela diferenciação entre candidatos ao clube restrito dos Quinze.

Ao longo de todo o dia, realizaram-se na sede do Conselho de Ministros da UE, em Bruxelas, sucessivas Conferências de Adesão, uma por cada um dos seis países que conquistaram na Cimeira Europeia de Helsínquia, em Dezembro, o direito de começar enfim a negociar a respectiva entrada na União.

À porta da União só resta, isolada, a Turquia, que conquistou em Helsínquia o estatuto de candidato à adesão sem beneficiar, no entanto, da consideração dispensada pelos líderes da UE aos membros da chamada segunda vaga do alargamento.

A sua discriminação relaciona-se com o que os Quinze consideraram ser um mau desempenho turco em matéria de Direitos



assegurada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, e pelo comissário europeu do pelouro, Gunter Verheugen.

«Daqui em diante, os 12 países são tratados da mesma forma», afirmou Jaime Gama.

«O importante não é o número de capítulos (passados pelo crivo comunitário) abertos, mas sim o número dos capítulos fechados. Todos os 12 são livres de transpor o Acervo, o mais cedo possível, para o direito interno», disse o comissário.

O responsável comunitário respondia a uma questão de um jornalista sobre as reais possibilidades de adesão simultânea dos países dos chamados primeiro e segundo grupos de candidatos distinção que deixa de ter sentido.

Questionado sobre o calendário das adesões, Gunter Verheugen realçou a posição oficial da Comissão Europeia, a saber: que a UE prevê estar em posição de receber novos membros a partir de Janeiro de 2003, apesar de saber de antemão que a data das entradas depende do amadurecimento político e económico dos candidatos.

Perante a insistência dos jornalistas, o comissário admitiu ignorar se as datas previstas pelos candidatos são realistas. O ministro dos Negócios Estrangeiros e chefe da delegação romena à Conferência de Adesão UE-Roménia, Petre Roman, situou a data da adesão do seu país em 01 de Janeiro de 2007.

A sua homóloga búlgara, Nadejda Mihailova, adiantou que «até 2006», a Bulgária conta concluir as negociações de adesão, acrescentando que a estimativa baseia-se nas análises económicas dos peritos.

Momento histórico

Mais optimistas, lituanos e eslovacos apontam para 1 de Janeiro de 2004.

«Momento histórico» e «momento decisivo» foram as expressões mais ouvidas nas conferências de imprensa que se seguiram ao lançamento das negociações entre a UE e cada um dos Seis.

Traduzindo o simbolismo associado a este dia e um sentimento provavelmente partilhado por outras delegações de visitantes, Petre Roman realçou que «depois de se situar do lado mau da História durante anos a fio, a Roménia surge agora no lado bom».

Os 12 candidatos à adesão beneficiam desde já da assistência financeira dos estados membros actuais - ajudas de pré-adesão, pagas pelos Fundos Estruturais destinados à correcção das disparidades económicas dentro da UE, previstas no orçamento dos Quinze para o período 2000-2007.

do Homem.

Após esperarem dois anos pela conquista do direito de negociar com a UE, a Letónia, Lituânia, Malta, Bulgária, Roménia e Eslováquia juntaram-se aos seis outros países da Europa que já encetaram negociações de adesão, durante as quais são sujeitos a um processo de monitorização a cargo da Comissão Europeia.

A demorada e laboriosa monitorização efectuada pela célula Alargamento da Comissão consiste na comparação sistemática de legislações, capítulo a capítulo, no intuito de alcançar uma convergência mínima entre as leis do país candidato e o Acervo (arsenal legislativo) comunitário.

Respeito dos Direitos do Homem

Por volta do Verão, espera-se que os candidatos que primeiro encetaram negociações - Estónia, Polónia, República Checa, Hungria, Eslovénia e Chipre - tenham passado em revista todos os capítulos negociais.

O direito de começar a negociar a adesão com os Quinze é condicionado ao cumprimento dos critérios fixados pela parte europeia - compromisso de realização de reformas políticas (pro-democracia) e económicas e respeito dos Direitos do Homem e das minorias.

A partir de agora, os 12 potenciais aderentes têm as mesmas hipóteses de aderir: todas as candidaturas serão medidas e avaliadas em função dos méritos respectivos.

Esta foi uma mensagem transmitida por ocasião das Conferências de Adesão pela presidência portuguesa em exercício,

DESEMPREGO DESCE COM GOVERNO DE ESQUERDA DE JOSPIN

O Governo socialista de Lionel Jospin aplicando uma política de esquerda mostra que ela não é impeditiva, antes pelo contrário, de um desenvolvimento económico com a consequente diminuição do desemprego.

Caem assim por terra as teses dos neoliberais teólogos do mercado e de alguns pós-modernistas adeptos incondicionais de terceiras vias «made in Britain».

A França sob a liderança do socialista Lionel Jospin segue o seu caminho de progresso e de desenvolvimento para todos. Os franceses, em especial os trabalhadores e os pensionistas, têm agora mais bem-estar.

Assim, o número de pessoas à procura de emprego na França voltou a baixar em Dezembro de 1999, recuando 1,6 por cento face a Novembro, de acordo com as estatísticas publicadas pelo Ministério do Emprego.

Taxa de desemprego mais baixa dos últimos sete anos

Em Dezembro foram recenseados 2.583.600 desempregados, menos 40.800



do que no mês anterior.

A taxa de desemprego segundo as normas internacionais, calculada de forma diferente, também diminuiu, passando a 10,6 por cento da população activa contra 10,8 por cento no final de Novembro.

Trata-se da taxa mais baixa dos últimos sete anos. A taxa mais elevada (12,6 por cento) foi atingida em Junho de 1997.

ELOGIADO SISTEMA CIENTÍFICO PORTUGUÊS

O director-geral do Laboratório Europeu de Biologia Molecular (EMBL), Fotis Kafatos, procura junto da comunidade científica portuguesa investigadores criativos, mais do que cientistas muito conhecidos. Kafatos falava, no passado dia 15, em Lisboa, junto do ministro da Ciência e da Tecnologia português, Mariano Gago, com quem veio discutir o programa científico do EMBL para o período 2001-2005 e novas propostas de cooperação entre o laboratório e as equipas de cientistas dos Estados-membros. O investigador lamentou os magros investimentos que a Europa faz no domínio das ciências e citou como exemplo de agressividade no meio o caso dos Estados Unidos. Comentou que é urgente uma «mudança dramática» da estratégia europeia.

«Falta uma visão coerente da importância deste problema», disse Kafatos, defendendo que compete ao EMBL, como instituição, dinamizar este processo.

O ministro Mariano Gago referiu a importância de uma coordenação dos programas científicos nacionais. Indicou que ela nunca foi conseguida, mas considerou existir actualmente um enquadramento favorável à construção deste objectivo.

«Estamos numa fase favorável para alcançarmos progressos políticos nestas



matérias», disse. Mariano Gago notou que a internacionalização da ciência portuguesa é uma das prioridades do seu ministério e considerou que a comunidade científica nacional está em condições de integrar as unidades de investigação do EMBL. Kafatos, por seu lado, classificou o sistema científico português como um dos mais interessantes em desenvolvimento na Europa, a par do finlandês e do irlandês, elogiando-lhe a abertura ao exterior e a política de avaliação externa e

independente a que é submetido periodicamente.

O EMBL, criado em 1974, integra 16 países: Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Holanda, Israel, Itália, Noruega, Portugal (desde 1997), Reino Unido, Suécia e Suíça.

A ideia da criação da instituição remonta a 1962, altura em que foi formada a Organização Europeia de Biologia Molecular (EMBO), reunindo cientistas independentes e governos europeus num

projecto comum de investigação.

O Laboratório Europeu de Biologia Molecular é constituído por um laboratório principal, situado em Heidelberg (Alemanha), e três centros de investigação localizados em Hamburgo (Alemanha), Grenoble (França) e Hinxton (Reino Unido). O laboratório principal debruça-se sobre quatro grandes programas de investigação, cada um consistindo em diversos grupos independentes focados numa área específica da biologia molecular e celular.

Dois programas de instrumentação desenvolvem equipamento, tecnologia e técnicas para estas áreas.

Através dos seus centros de Hamburgo e Grenoble, o EMBL proporciona aos cientistas europeus a possibilidade de trabalharem com raios X de alta intensidade e radiação de neutrões para estudos estruturais.

O centro de Hinxton é especializado em investigação e prestação de serviços no campo da bioinformática.

Para além das actividades de pesquisa, o EMBL funciona ainda como centro de ensino e treino para biólogos moleculares, organizando anualmente cursos, simpósios e *workshops* em assuntos correntes da biologia molecular, e visitas que permitem o acesso dos cientistas a novas metodologias e tecnologias raramente reunidas no mesmo local.

CONSOLIDAR BASES ORÇAMENTAIS

O Ministério da Educação e o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas acordaram a criação de um grupo de trabalho para consolidar as bases em que se fará a gestão orçamental ao longo de 2000.

Numa nota à Imprensa, o ministério explica que o grupo de trabalho, que envolve também o Ministério das Finanças, desenvolverá, a curto prazo, uma plataforma de entendimento, tendo em vista a estabilização orçamental e a boa utilização de todos os recursos de que as universidades dispõem.

Esta decisão foi tomada durante uma reunião, no início da semana, entre o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) e o primeiro-ministro, António Guterres.

Em declarações à Comunicação Social, o secretário de Estado do Ensino Superior, José Reis, explicou que a iniciativa pretende estabelecer uma relação de confiança.

«Ao longo do ano 2000 procuraremos que as verbas sejam disponibilizadas e utilizadas da melhor forma possível», adiantou, explicando que o grupo de trabalho vai estabelecer os mecanismos necessários



para essa estabilização orçamental e boa utilização dos recursos.

Na reunião com o CRUP ficou ainda decidido iniciar trabalhos que permitam o aperfeiçoamento e a introdução de factores de qualidade na fórmula de financiamento, reforçando o seu carácter objectivo, transparente e responsável.

Em matéria de acções a médio prazo,

também discutidas no encontro, o secretário de Estado disse que ficou acordado um trabalho no sentido do aperfeiçoamento da capacidade de resposta das universidades. O Governo estabeleceu com o CRUP que se iniciariam trabalhos conducentes a uma definição dos novos papéis sociais que cabem à Universidade, «num momento em que a procura de ensino superior está a

alterar-se e em que a sociedade exige novas capacidades de actuação em domínios como o da formação conferente de grau, a formação contínua e recorrente».

«É todo o tema dos novos públicos, a universidade tem de abrir a novos públicos», disse, adiantando que é necessário insistir no aumento da taxa de frequência, assim como abrir as portas a outras vertentes como a da formação contínua ou formação recorrente, por exemplo.

«Muitos públicos não procuram graus, porque esses já os têm. As universidades tem tido a sua função muito directamente vinculada a actividades de formação que conduzem a graus», disse, acrescentando que é necessário acompanhar a concretização da ideia de alargamento a novos públicos.

Segundo a nota do ministério, todas as iniciativas ocorrem depois de o Orçamento de Estado para 2000 ter alcançado um patamar de financiamento excepcional relevante que traduz um forte investimento de toda a sociedade nas suas estrutura de ensino superior.

Na mesma nota o gabinete da 5 de Outubro refere que esse patamar representa também uma melhoria da situação orçamental da larga maioria das instituições.

MINISTÉRIO APOSTA NOS MUSEUS

Os museus são uma grande aposta que o Ministério da Cultura lança nesta legislatura e que obriga a investimentos de muitos milhões de contos, disse no dia 12, no distrito de Portalegre, o ministro da Cultura.

Manuel Maria Carrilho, que falava na cerimónia de inauguração do Museu Municipal de Crato, acrescentou que «os milhões necessários vão surgir com o terceiro Quadro Comunitário de Apoio (QCA)».

O governante sublinhou que no terceiro QCA «há, pela primeira vez, um Programa Operacional de Cultura, o primeiro que existe na Europa, que triplica os fundos para esta área em relação ao anterior QCA».

Segundo o governante, o terceiro Quadro Comunitário de Apoio disponibiliza 52,5 milhões de contos para a área da Cultura em Portugal, verba que vai permitir uma «intervenção estratégica em todo o País», nomeadamente na área do património, dos museus e do teatro.

Carrilho disse ainda que, «até 2003, todos os municípios que o pretendam podem ter as suas bibliotecas», situação que significa, em duas legislaturas, o



«lançamento de 146 bibliotecas».

«É um esforço enorme, que se traduz num investimento de cerca de 50 milhões de contos, entre o Ministério da Cultura e as

autarquias», sublinhou o governante.

O titular da pasta da Cultura falou ainda do projecto em curso para que todas as capitais de distrito tenham um teatro,

frisando que «das 18 capitais de distrito, 13 ainda não têm um cine-teatro».

Falando sobre o Museu Municipal de Crato, o ministro considerou-o «um museu exemplar, que assume o património local e da região».

«Este museu é provavelmente pioneiro no que o Ministério da Cultura pretende que se faça por todo o País nos próximos anos», acrescentou.

O Museu de Crato está instalado num solar barroco, situado na zona histórica da vila, que beneficiou de obras de restauro e ampliação, assumindo o novo espaço zonas para exposição permanente, galeria de exposições temporárias e um auditório. A colecção permanente do museu inclui seis núcleos que vão do megalítico nesta zona do Alentejo, passando para o registo da presença romana.

Em destaque está igualmente a apresentação do Mosteiro de Santa Maria de Flor da Rosa, fazendo-se, a partir desta abordagem, a ligação à Soberana Ordem Militar e Religiosa de Malta que teve a sua sede no Crato.

O museu apresenta ainda um núcleo dedicado à realidade agrícola e industrial do concelho.

FIM DAS LIXEIRAS EM ANO E MEIO

O ministro do Ambiente, José Sócrates garantiu no dia 14, durante a inauguração da incineradora de São João da Talha, Loures, que dentro de ano e meio estarão encerradas todas as lixeiras que existem no País.

«Em quatro anos encerraram-se 240 lixeiras e no próximo ano e meio, com a abertura de vários aterros como o do Baixo Tâmega e Évora, vai ser possível encerrar as 83 que faltam», declarou.

Actualmente a queimar cerca de duas toneladas de lixo por dia, a Central de Tratamento de Resíduos Sólidos e Urbanos que trata os lixos de Amadora, Lisboa, Loures e Vila Franca de Xira recebeu na passada segunda-feira as presenças do ministro Sócrates, de autarcas e centenas de convidados para a inauguração oficial. O governante fez questão de reconhecer e partilhar o mérito da inauguração da Central com a deputada Teresa Patrício Gouveia. «A decisão de constituir a Valorsul para dar início à obra foi tomada durante o XII governo constitucional, na altura em que a deputada Teresa Patrício Gouveia (PSD) era ministra do Ambiente», disse.

José Sócrates afirmou que a reciclagem será, a partir de agora, a prioridade da política ambiental.

«A reciclagem é o grande objectivo dos



próximos anos. Com as infra-estruturas agora a funcionar, é a altura de se apostar na reciclagem», afirmou.

Em resposta às críticas da associação ambientalista Quercus contra a incineração como «inibidora da reciclagem», o ministro

do Ambiente contrapôs: «a reciclagem só é possível a partir da altura em que esteja instalada uma rede de recolha selectiva de lixo».

Em Loures existe recolha selectiva porta à porta que abrange cerca de 40 mil pessoas na zona oriental do concelho.

A rede de recolha selectiva consiste em 1 540 ecopontos de superfície e mais 60 subterrâneos na área dos quatro municípios.

Com um investimento total na incineradora de cerca de 31 milhões de contos, a Valorsul trata actualmente quase 20 por cento do lixo do País e tem outros projectos na área do tratamento do lixo.

Na Amadora deverá funcionar no próximo ano uma central de valorização orgânica que transformará em energia e em composto para a agricultura os restos de comida das cantinas, e restaurantes e, por exemplo, o lixos dos mercados abastecedores de Lisboa.

Em Mato da Cruz, Vila Franca de Xira, está em construção uma estação de valorização das escórias resultantes da queima do lixo, que depois de tratadas serão usadas na construção de estradas. De acordo com António Branco, da Valorsul, 8 por cento do lixo recolhido é entregue à indústria transformadora para reciclagem.

TRABALHO

Sindicato denuncia

«FAR-WEST» LABORAL NOS CENTROS COMERCIAIS DO GRANDE PORTO

À atenção da Inspeção-Geral do Trabalho. É preciso agir. É um escândalo o que se passa nos centros comerciais do Grande Porto. A exploração e a negação de direitos fundamentais aos trabalhadores atingem níveis insustentáveis. A precariedade laboral, incluindo o recurso aos ilegais «recibos verdes», trabalho extraordinário não remunerado, ausência de descanso suplementar e proibição de idas à casa de banho são algumas das ilegalidades.



Mais de metade dos trabalhadores dos centros comerciais do Grande Porto tem contrato a prazo e goza apenas um dia de descanso semanal, revela um inquérito sindical divulgado no dia 1, no Porto. Em conferência de Imprensa, o Cesnorte - Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços do Norte divulgou os resultados de um inquérito realizado em Novembro de 1999 a mais de 500 trabalhadores de quatro centros comerciais, «Via Catarina», «Cidade do Porto», «Arrábida Shopping» e «Norteshopping». «A precariedade aumentou, os horários de trabalho, na sua maioria, não são

respeitados, grande parte dos trabalhadores não tem categoria profissional, a maioria não goza o descanso suplementar e o trabalho extraordinário não é pago», disse o sindicalista Jorge Pinto. Dos inquiridos, 52 por cento têm contratos a prazo, 1,5 por cento «recibo verde», 6,1 por cento não têm qualquer vínculo laboral e apenas 38,5 por cento são trabalhadores efectivos, sendo a situação mais extrema a do «Norteshopping», com 62,7 por cento «a prazo». «Constata-se uma tendência para a redução dos trabalhadores a recibo verde. E, no entanto, aumenta a percentagem dos trabalhadores sem vínculo, em situação

clandestina», realçou o Cesnorte, referindo que o pior caso é o do «Via Catarina» (8,1 por cento).

Menos de metade dos trabalhadores (46,8 por cento) tem um horário de 40 horas semanais, cerca de 16 por cento trabalham 41 ou 42 horas e 11 por cento mais de 42 horas, «havendo casos de 50 horas semanais», salientou o sindicato.

Vale tudo no «Norteshopping»

Quanto ao descanso semanal, 65,7 por cento dos trabalhadores gozam apenas um dia (75,3 por cento no «Arrábida Shopping»), 24,8 por cento dois dias e dois por cento um dia

e meio.

Doze por cento dos inquiridos não sabem em que dia vão descansar, oscilando o maior número de respostas entre o descanso rotativo (38,2 por cento) e dia de descanso fixo de segunda a sexta-feira (36,7 por cento). Trinta por cento dos trabalhadores não têm categorias profissionais contratualmente previstas e de acordo com as suas funções e outros 30 por cento estão classificados como estagiários e caixeiros-ajudantes.

O Cesnorte considera que a atribuição de categorias «ad hoc» pelos proprietários das lojas constitui «uma forma de fugir às obrigações fixadas na contratação colectiva». Os aspectos mais negativos da relação laboral apontados pelos inquiridos foram o não pagamento do trabalho extraordinário (38 por cento), trabalhar ao domingo (30 por cento) e má remuneração (22 por cento).

Três por cento queixaram-se de não poder fechar a loja para ir ao quarto de banho, outros tantos de ter salários em atraso e nove por cento de não pararem para as refeições. «Face à degradação das condições de trabalho evidenciadas pelo inquérito», o Cesnorte vai exigir à Inspeção-Geral do Trabalho a intervenção nos centros comerciais, solicitar reuniões com as administrações destes para analisar os horários de funcionamento e lançar uma campanha de denúncia da situação junto dos consumidores.

SAÚDE

Braga

CRIANÇAS VÃO TER DENTISTA GRATUITO

A Sub-Região de Saúde de Braga lançou uma consulta escolar dentária gratuita que poderá evitar problemas de cárie a duas mil crianças do distrito.

Esta medida encontra-se já em vigor e destina-se a um grupo específico de alunos, com idades até aos 12 anos, a quem foi detectada cárie no «sexto dente», o único que nasce definitivo (por volta dos seis anos).

Estes dentes, dois de cada lado do maxilar, são fundamentais para a saúde futura da dentição já que, ao contrário dos de leite, nunca mais serão substituídos.

Numa pesquisa dentária efectuada nas escolas do distrito de Braga, foi detectada a existência do «sexto dente» cariado a 12 mil alunos, o universo que será abrangido pela consulta gratuita, numa primeira fase.

As doze mil crianças vão ser consultadas duas vezes por ano, nos diferentes centros de saúde, por médicos indicados pela Ordem dos Dentistas, a quem a

Sub-Região de Saúde de Braga pagará 7500 escudos por consulta.

Promoção nacional da saúde oral

A medida implicará um custo anual de 32 mil contos e insere-se no programa nacional do Ministério da Saúde de «Promoção da Saúde Oral», através do qual uma equipa de médicos e enfermeiros efectuou um rastreio à boca das crianças daquela região.

«Sem a consulta gratuita, muitos jovens estariam condenados a padecer de cáries dentárias, já que os pais não dispõem de meios financeiros para levar os filhos a uma clínica dentária», considerou Matos Oliveira, coordenador da sub-região de Saúde de Braga.

De acordo com aquele responsável, «a adesão dos jovens e dos dentistas a este programa permite antever a sua expansão no próximo ano e progressivamente, de forma a cobrir todos os jovens em idade escolar até aos 12 anos».

OE/2000

MAI

MAIS 19 MILHÕES ESTE ANO E REFORÇO DE TODAS AS ÁREAS

O Governo do PS continua a fazer um enorme esforço financeiro para que os portugueses vivam com mais segurança.

A dotação orçamental para o Ministério da Administração Interna (MAI) para este ano tem um reforço de 19 milhões de contos (mais 8,69 por cento), num orçamento global de 247.852.500 contos, com a maior fatia destinada à segurança interna.

Estes números foram apresentados no dia 2 pelo ministro Adjunto e da Administração Interna, Fernando Gomes, que acompanhado pelos seus quatro secretários de Estado divulgou também as verbas respeitantes à Administração Local e Desporto, áreas da sua tutela.

O ministro Fernando Gomes decidiu esclarecer pessoalmente os números à imprensa por ter constatado que em notícias recentes sobre os valores do OE (Orçamento de Estado) referentes a áreas da sua tutela apresentavam «alguns erros», alegadamente motivados, como considerou, por «deficiências de comunicação».

A grande fatia do Orçamento de Estado (OE)

de 2000, no que respeita à Administração Interna, destina-se à Segurança Interna (184 milhões de contos, sem contar com as receitas próprias), área que recebe um reforço de 18,6 milhões relativamente a 1999. Deste valor, são atribuídos mais 7,1 milhões à PSP, mais 7,5 à GNR e 740 mil contos ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), aumentos médios entre 8 e 10 por cento, destinados essencialmente à modernização e reequipamento destas forças.

Das verbas destinadas em PIDDAC para este domínio, quase de 7,5 milhões de contos (74 por cento do PIDDAC do MAI), cinco milhões são destinados à construção e melhoramento dos postos e esquadras da GNR e PSP, dois milhões para meios operacionais, informatização e comunicações, 200 mil contos para o lançamento das polícias municipais e 100 mil para o Programa de Policiamento de Proximidade.

É um orçamento revelador da importância dada pelo Governo às questões da segurança.

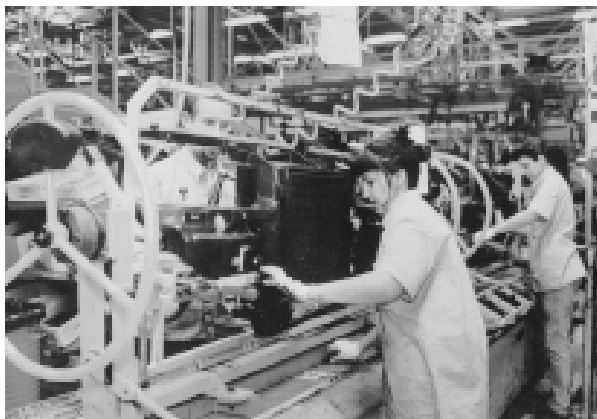
INVESTIMENTO DIRECTO PORTUGUÊS AUMENTOU DEZ VEZES

O investimento directo de Portugal (IDE) no exterior multiplicou-se por dez nos últimos sete anos e duplicou em 1997 e 1998, revelou, segunda-feira, dia 14, em Lisboa, o ministro das Finanças e Economia.

Pina Moura falava na sessão de abertura da Semana da Internacionalização, que decorre até amanhã, integrada no semestre da presidência portuguesa da União Europeia e subordinada ao lema «Portugal ao Ritmo do Futuro».

O ministro da Economia salientou que o aumento do IDE português é acompanhado de um forte fluxo de imigração para Portugal, o que exprime a maturidade da economia portuguesa.

Pina Moura sustentou que não há dilema entre internacionalização e competitividade, sublinhando que a maior parte das decisões de internacionalização das empresas portuguesas são movidas por objectivos de



utilizados, adiantando que os instrumentos que existem, nomeadamente na área do capital de risco, estão dispersos e as instituições que os gerem têm uma visão de capelas, o que gera ineficiências.

Sublinhou também que tem de acabar esta visão de que os instrumentos financeiros são fulcro de pequenos poderes dentro da administração pública.

Respondendo a uma proposta do ex-comissário europeu João de Deus Pinheiro de criação de uma «loja do cidadão para o investimento», Pina Moura afirmou que a criação do ICEP Investimentos Internacionais, no âmbito da reestruturação do ICEP, corresponderá a essa proposta e será um núcleo leve e dinâmico para apoio e informação de quem queira investir em Portugal e dos portugueses que queiram investir no estrangeiro.

Pina Moura afirmou que a imagem que existe de Portugal no estrangeiro, incluindo na Europa, está demasiado presa ao país atrasado de há 15/20 anos, sendo necessário promover a imagem de Portugal como país em modernização acelerada e com grande riqueza humana. O ministro apontou como forças motrizes do investimento directo português no exterior a deslocalização da produção e a diversificação dos mercados e áreas de negócios e defendeu parcerias com empresas estrangeiras, designadamente europeias, para investir no exterior.

PROJECTOS APROVADOS ATINGIRAM 14 MILHÕES DE CONTOS

Os projectos aprovados para o sector das Pescas e Aquicultura da região Norte no âmbito do II QCA atingiram 14 milhões de contos, metade dos quais para a Renovação e Modernização da Frota, anunciou, no dia 15, o ministério que tutela o sector.

Em comunicado, o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas refere que o primeiro balanço do II Quadro Comunitário de Apoio (QCA) na região Norte «sublinha a importância da renovação e modernização da frota, bem como das infra-estruturas de apoio à actividade pesqueira».

Segundo salientou documento, do valor total dos projectos aprovados, «mais de 10,7 milhões de contos (53,5 milhões de euros) correspondem a apoios da União Europeia e do Estado português».

Da aplicação do II QCA, entre 1994 e 1999, resultou a construção de 88 novas embarcações e a modernização de 195, valor que, segundo o ministério tutelado por Capoulas Santos, «supera largamente o número de barcos imobilizados (191) em igual período por força do Ajustamento do Esforço de Pesca».

De acordo com o comunicado, no capítulo das Infra-estruturas de Portos de Pesca foram aprovados quatro projectos: o recondicionamento do molhe norte do

Porto de Pesca da Póvoa de Varzim, a primeira e segunda fases das obras de melhoramento do Portinho de Pesca de Castelo de Neiva e o desenvolvimento de infra-estruturas do Porto de Pesca da Afurada.

No âmbito da medida de Transformação e Comercialização dos Produtos da Pesca foram dez os projectos apoiados, entre os quais a modernização de uma unidade de farinha e óleo de peixe, de uma fábrica de conservas e de uma empresa de transformação e comercialização de produtos congelados.

Quanto aos Equipamentos de Portos de Pesca, foi financiada a modernização das lotas de Matosinhos e da Póvoa do Varzim. Na área da Aquicultura, os apoios do II QCA destinaram-se à construção de duas novas explorações em Montalegre e Agedão e à modernização de cinco estabelecimentos de crescimento e engorda, referiu.

O projecto promovido por uma organização de produtores para a promoção do consumo de peixe fresco e um outro, em Matosinhos, destinado à prospeção e investigação (incluindo a construção e equipamento de um laboratório de apoio à indústria conserveira, denominado IPIMAR), foram também alvo de financiamento.

ganhos de competitividade.

O governante observou que os motores do IDE português são as empresas e não o Estado, ainda que este deva ter um papel importante na dinamização da internacionalização.

Pina Moura destacou que existem instrumentos do Estado de apoio à internacionalização, mas são pouco

ONG'S COM MAIS 100 MIL CONTOS PARA APOIAR VÍTIMAS DE STRESS DE GUERRA

Cem mil contos é o montante com que o Ministério da Defesa vai reforçar as verbas das ONG's que integrem a rede nacional de apoio aos militares e ex-militares portadores de distúrbios pós-traumáticos de stress.

A informação foi dada pelo Ministério da Defesa, a propósito da aprovação pelo Conselho de Ministros do decreto-lei que cria a rede nacional de apoio para aqueles que sofrem dos chamados distúrbios pós-traumáticos de stress (DPTS) provocados pela vida militar (em especial os originados por situações vividas em guerra).

O diploma regulamentar a lei nº 46/99 que instituiu o regime de apoio às vítimas de stress pós-traumático de guerra, o qual vem permitir a atribuição do estatuto de deficiente das Forças Armadas a todos aqueles a quem uma Junta Médica (onde se inclui um especialista em saúde mental)

reconheça sofrer de DPTS.

Até agora, as Forças Armadas e a tutela reconheciam a doença mas não atribuíam o estatuto de deficiente militar aos seus portadores.

A rede de apoio agora criada abrange as instituições e os serviços integrados no Serviço Nacional de Saúde e no Sistema de Saúde Militar, bem como organizações não governamentais.

Informar, identificar e encaminhar os casos detectados e prestar o apoio médico, psicológico e social necessários constituem os objectivos da rede.

O decreto-lei aprovado determina que a coordenação da rede nacional de apoio às vítimas de DPTS de guerra é da responsabilidade de uma Comissão Nacional de Acompanhamento a criar por despacho conjunto dos ministros da Defesa e da Saúde.



Abrantes

Projecto VERCA

A Câmara Municipal de Abrantes e 22 proprietários de lagares de azeite do concelho celebraram no dia 3 um protocolo no âmbito do Projecto VERCA, que será alvo de uma candidatura a entregar pela autarquia e pelo INETI ao Programa Alterner.



Este protocolo tem por objectivo a defesa do património ambiental concelhio, resolvendo a questão das águas ruças dos lagares do azeite.

Albufeira

Autarquia apoia colectividades desportivas

A Câmara Municipal de Albufeira atribuiu 80500 contos a 13 colectividades com as quais estabeleceu contratos-programa de desenvolvimento desportivo.



Para a atribuição dos subsídios foram considerados os seguintes critérios: o número de praticantes do concelho de modalidades federadas e não federadas, o número de modalidades praticadas, de eventos organizados pelos clubes, quer de âmbito local, regional, nacional e internacional.

Amarante

Câmara amplia redes de abastecimento de água

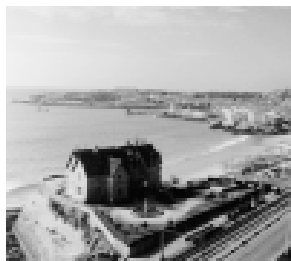
Definida como prioritária em termos de investimento, a Câmara de Amarante tem em preparação novas obras na área do ambiente no concelho, avançando-se para o prolongamento das redes de abastecimento de água e saneamento

básico. Depois da conclusão da ETAR de Figueiró, a autarquia acaba de aprovar mais três projectos que prevêem a execução de obras de valor superior a 380 mil contos.

Cascais

Bairro da Torre vai ter jardim-de-infância

O município de Cascais já aprovou o início dos trabalhos para a construção de um jardim-de-infância na zona do Bairro da Torre/Cruz da Guia, que vai ser utilizado por meia centena de crianças com idades compreendidas entre os três e os seis anos. Esta obra está orçada em cerca de 65 mil contos.



Município apoia TEC

A Câmara Municipal de Cascais vai atribuir um subsídio no valor de 10 mil contos ao Teatro Experimental de Cascais (TEC) destinados ao desenvolvimento das suas actividades e apoiar o seu normal funcionamento.

Faro

Serviços abertos à hora do almoço

O atendimento ao público nos serviços municipalizados da Câmara Municipal de Faro já está desde o dia 2 a funcionar, ininterruptamente, entre as 9 e as 16.30 horas.



Os municípios passam assim a dispor de um maior número de horas para poder tratar de diversos assuntos do seu interesse, como sejam, entre outros, a recolha gratuita de monos domésticos, a celebração de contratos de fornecimento de água e o pagamento de recibos de água.

Loulé

Câmara promove sensibilização ambiental

A Câmara Municipal de Loulé vai assinalar o Dia Mundial da Floresta com a realização de diversas acções de sensibilização ambiental dirigidas sobretudo à população escolar do concelho.

Nesse contexto, no dia 21 de Março, é lançada a primeira edição da revista «Sinal Verde», uma publicação de cariz ambiental, coordenada pela Divisão de Ambiente e Espaços Verdes da Câmara Municipal de Loulé.

No âmbito da protecção civil e com o objectivo de proporcionar ao corpo municipal de bombeiros mais uma situação de treino, realiza-se uma simulação de combate a incêndio num estabelecimento de ensino do concelho.

Distribuição de espécies arbóreas

As comemorações integram ainda a distribuição de espécies arbóreas à comunidade civil e escolas do concelho, uma acção que conta com a colaboração da Direcção Regional de Agricultura do Algarve.

Em Loulé e Quarteira vão funcionar centros de distribuição de plantas, a par de material temático sobre a importância da preservação ambiental e da floresta.

Montemor-o-Velho

Concurso para pista internacional de remo

A Câmara Municipal de Montemor-o-Velho anunciou o lançamento a concurso da obra do Centro Náutico, cujo principal pólo é uma pista de remo com condições para acolher provas internacionais.

Com um preço-base de 900 mil contos, o Centro Náutico de Montemor-o-Velho vai ser implantado num braço abandonado do rio Mondego e prevê-se que esteja concluído dentro de um ano.

O projecto vai integrar nove pistas de 13 metros, com um comprimento de 2,2 quilómetros, um «plano de água» de 145 metros e uma profundidade de 3,5 metros. Está prevista também a construção de uma torre de chegada com três andares, um auditório para 400 pessoas, sala de imprensa, centro médico, armazéns para embarcações, espaços comerciais e a instalação de equipamentos electrónicos de registos de tempos de chegadas e de falsas partidas, conforme recomendações da Federação Internacional de Remo (FISA).

Além do remo e da canoagem, a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho pretende que a infra-estrutura seja aproveitada para a prática de outros desportos, como a vela, o surf e o modelismo.

Segundo uma nota divulgada pela autarquia, o Centro Náutico vai dinamizar as actividades económicas e «tornar o concelho como um local a considerar ao nível do desporto internacional».

A sua implantação procura, por um lado,

recuperar e rentabilizar um espaço degradado (o braço abandonado do rio) e, por outro lado, adequar todas as construções, «integrando-as no meio ambiente e na belíssima paisagem do Vale do Mondego, valorizando-a».

A nota da Câmara de Montemor-o-Velho indica que, depois da aprovação do estudo de impacto ambiental em Dezembro, os ministros do Ambiente e da Administração Interna emitiriam já um despacho conjunto positivo para o «arranque definitivo» ao projecto.

Sintra

Mais espaço público de estacionamento

A Câmara Municipal de Sintra, através de uma empresa concessionária, procedeu ao alargamento da área de estacionamento público, desde o dia 14, com vista a prosseguir uma estratégia de racionalização dos espaços públicos de estacionamento na vila.



Esta medida tem por objectivo dotar a vila de modernos meios de gestão de estacionamento, permitindo uma utilização mais disciplinada do espaço comum.

Vila Real de S. António

Educação de adultos

O município de Vila Real de S. António aprovou, por unanimidade, a celebração de um protocolo com o Centro da Área Educativa do Algarve, com vista ao desenvolvimento dos cursos de formação socioeducativa no Centro Tecn'Art.



O protocolo, que é válido até final de Agosto próximo, insere-se no Plano Cultural Concelhio e na dinamização da educação de adultos no município.

PS EM MOVIMENTO

AÇORES

Autarcas querem linha de crédito

Os presidentes das câmaras municipais açorianas eleitos pelo PS propuseram no dia 3 ao Governo Regional a criação de uma linha de crédito que possibilite o aproveitamento integral dos fundos comunitários sem recurso aos orçamentos municipais.

Segundo o presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, Sérgio Ávila, que se reuniu com o Executivo açoriano, a proposta pretende «ultrapassar os problemas de atraso no reembolso» que as autoridades europeias efectuam às autarquias depois de concluídos os investimentos.

Os autarcas socialistas pretendem que seja criada uma linha de crédito sem juros para as câmaras municipais, de forma a que estas suportem os 85 por cento de apoio europeu sem recurso aos seus orçamentos.

Para o secretário regional adjunto da Presidência, Francisco Coelho, a projecto apresenta-se «sensato, eficaz e legal», merecendo, por essa razão, o acordo de princípio do Governo Regional, apesar de sujeito a trabalho técnico.

COIMBRA

Marinho em acção da JS

O vice-presidente do Parlamento Europeu, Luís Marinho, defendeu no dia 11, em Coimbra, a criação de um Tribunal soberano para aplicar sanções sobre os Estados-membros que não cumpram o disposto no Tratado da União Europeia (UE).

Para o eurodeputado socialista, que falava durante uma acção local da JS que convidou as escolas a escolher um Parlamento Europeu, esta instância jurisdicional é essencial para que a UE exerça um verdadeiro poder legitimado sobre todos os Estados membros, evitando diferendos como o que se verifica neste momento em relação à Áustria.

«Seria uma estrutura que legitimaria, por exemplo, a posição da Bélgica, que pôs em causa a permanência da Áustria dentro da União», referiu.

Segundo o vice-presidente do PE, a inexistência desta estrutura pode causar fracturas dentro da União numa altura em que se discute o alargamento da Europa a treze novos Estados membros porque «alguns desses países não representam ainda democracias consolidadas, e possuem economias completamente desestruturadas, saídas há pouco tempo dos regimes comunistas do Leste europeu».

Para prevenir possíveis desintegrações dentro da UE, Luís Marinho propõe a revisão dos artigos 6º e 7º do Tratado, «de maneira que a União, ao confrontar-se com uma decisão de desrespeito das normas da democracia comunitária por um dos Estados, possa tomar sobre ele medidas coercitivas, que não sejam só justificadas por critérios políticos mas também jurisdicionais».

Para além de casos «em que a política interna de um Estado pode pôr em causa o valor da democracia, considerado essencial pela UE, um Tribunal com tais poderes poderia também ter actuado quando o presidente francês Jacques Chirac promoveu experiências nucleares no Atol de Muroora, depois de ter assinado uma convenção europeia antinuclear», exemplificou.

Depois de uma manhã marcada por campanhas eleitorais e eleições, na parte da tarde, já reunidos em sessão plenária, os jovens eurodeputados, eleitos pelos diferentes «grupos parlamentares», discutiram o ambiente e o conceito de cidadania europeia, aprendendo como se vive noutras zonas da UE.

OURÉM

Criação da JS de Gondemaria

No passado dia 13 reuniu em Gondemaria um grupo de jovens da JS com o objectivo de constituir o núcleo da JS de Gondemaria.

Este grupo de jovens tem como principais objectivos a participação activa e interventora na vida da Gondemaria, assim como o convívio e o despertar das consciências políticas nos jovens.

Integram o secretariado do núcleo de Gondemaria os camaradas Rui Silva, Sérgio Oliveira, Rui Pereira, Gina Fernandes e Licínio Martins.

Para a Mesa da Assembleia Geral de Militantes foram eleitos os camaradas Daniel Silva, Dino Fernandes e Marco Pinheiro.

PORTO

Novo vereador do PS

José Luís Catarino, ex-presidente da Junta de Freguesia de Paranhos, tomou posse no dia 15 como vereador do PS da Câmara do Porto, substituindo no cargo Oliveira Dias, que se demitiu na semana passada.

«Vou começar a trabalhar o melhor que souber e puder para desempenhar as minhas novas funções», disse o novo membro do executivo camarário.

Catarino referiu que assume «todas as funções que estavam atribuídas a Oliveira Dias, nomeadamente o pelouro que tem a ver com os mercados, as oficinas e as actividades económicas».

O autarca destacou o facto de estar a iniciar uma nova fase da sua vida política e precisar de estudar bem os dossiers que lhe foram entregues pelo presidente da autarquia, Nuno Cardoso, antes de tomar qualquer decisão.

Oliveira Dias, independente eleito pelo PS, demitiu-se na terça-feira da semana passada, alegando «falta de confiança política» do presidente da autarquia.

Divergências com Nuno Cardoso

O ex-vereador, há cerca de 20 anos em exercício, pela CDU e pelo PS como independente, considerou que «não estavam reunidas as condições previamente acordadas com o presidente da Câmara para o exercício das suas funções», que incluíam a vice-presidência da Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto (FDZHP) e a presidência da Agência para o Desenvolvimento do Porto (APOR).

Estas funções transitam agora para José Luís Catarino.

O novo presidente da Junta de Freguesia de Paranhos é Fernando Aurélio Pereira, tesoureiro principal da Câmara do Porto, que trabalhava há 10 anos na Junta de Freguesia ao lado de José Luís Catarino.

Comissão Política Concelhia de Oeiras organiza

I ENCONTRO DE QUADROS MÉDIOS e SUPERIORES

Tema

A participação na vida política

Auditório da Biblioteca Municipal de Oeiras

26 de Fevereiro, 10 às 19 horas

Convidados

Altos dignatários de cargos públicos do PS

Destinatários

Todos os quadros residentes no concelho, inscritos no PS concelho e simpatizantes das teses do PS

Nota: Esta iniciativa um ciclo de acções programadas para o primeiro trimestre deste ano, que são subordinadas ao tema «Uma autarquia para o século XXI»

ACTUALIDADE

José Medeiros Ferreira



A EUROPA CONVULSA II

Ascensão do partido da extrema-direita do senhor Haider ao Governo da Áustria marcou o fim das consequências da II Guerra Mundial na Europa. Ninguém está protegido quanto ao que se segue. Escrever sobre a Europa é escrever sobre o nosso futuro.

Até porque, parafraseando Eduardo Lourenço, os austríacos também estiveram «ausentes de si mesmos» durante o período fundador da sua II República, entre 1945 e 1955, quando as tropas aliadas retiraram, na boa ordem alcançada através do entendimento americano-soviético sobre o estatuto de neutralidade de Viena. Por outros caminhos conseguiram manter a Áustria afastada da tentação germânica. Os elementos estruturantes da II República austríaca não só compreenderam o que se pedia a Viena então como tinham interesse em manter esse statu quo. A Igreja Católica, em primeiro lugar, folgava com a âncora nacional anti-imperial e com o impedimento internacional pró-germânico libertando-a do complexo protestante. Só errou ao procurar, no desmembramento da Jugoslávia e da Checoslováquia, marcar posições na Croácia, na Eslováquia, na Eslovénia e nesse princípio obscuro da revisão do mapa político europeu actualmente em marcha. A partir daí, o seu papel político de igreja nacional austríaca ficou ferido pelo proselitismo neo-imperial. Muito do futuro de Viena dependerá de novo dos rumos do episcopado austríaco. Paralelamente, os partidos da II República assistem impávidos aos sinais vindos do exterior, no que são acompanhados por

muitos outros a nível europeu: não compreendem a natureza da liberalização nos países de Leste, não se inquietam com o estrebuchar da Jugoslávia e não prestam atenção ao fim dos partidos italianos do sistema da guerra fria. Buscam ainda na adesão à União Europeia uma resposta adequada ao fenómeno maior que é o da junção da RDA à RFA. E iludem-se com a prática continuada da repartição de cargos e zonas de influência. É a outra face do business as usual. Desta maneira, os democratas-cristãos e os socialistas falham internamente no exacto momento em que eram mais necessários internacionalmente. Acontece que, entretanto, não há qualquer crítica histórica ao papel da Áustria no III Reich. Silencia-se, primeiro, o contributo dos 600 mil militantes do partido nazi; mantêm-se nos lugares de responsabilidade gente comprometida com a deriva totalitária, nomeadamente nos tribunais e na administração. Depois, é a vez das interpretações que buscam os aspectos positivos parcelares das políticas industriais, do trabalho e da segurança social do III Reich.

A seguir vem a crítica aos fundamentos ideológicos da II República democrática implantada em cima das baionetas aliadas. Esta Áustria, nem imperial à maneira dos Habsburgos nem germânica na versão do III Reich, será uma repetição da originada nos tratados de Versalhes e de Saint-Germain, em 1919, que só permaneceu enquanto dura a situação internacional que a garantiu, ou pode aspirar à categoria de Estado-Nação, assente num pacto democrático a que Habermas chamou «patriotismo constitucional», quando a

Alemanha se encolhia na reduzida RFA? Eis perguntas que a actual situação austríaca suscita, para além de muitas outras já formuladas ou a formular.

Ainda há dias, no programa televisivo da Maria Lúcia Lepecki, foi possível tratar destas questões em clima de procura. No entanto, a grande dúvida paira: não se estará a exagerar as preocupações derivadas da chegada ao Governo de um partido de extrema-direita que uns julgam ocasional e outros domesticável, já que ninguém se assume como seu simpaticante?

Como facilmente se depreende, eu até sou daqueles que consideram mais vastas as consequências europeias da abdicação dos democratas-cristãos austríacos face à subida eleitoral do partido de Joerg Haider. Por isso, acho positivo, e de qualquer modo necessário, o alerta que percorre continente europeu e os Estados Unidos da América. Deste modo, já temos a noção das forças com que se pode contar para manter um espaço ocidental

kantiano de democracia e liberdades públicas: desde os partidos conservadores da V República francesa aos democratas-cristãos da Espanha, da Bélgica, da Holanda, do Luxemburgo, desde os partidos da II Internacional Socialista às outras forças de esquerda, sem esquecer o importante sinal dado por Washington. Também se anota os que julgam possível cavalgar a besta, ou os que estão prontos a ceder ao primeiro solavanco. O futuro da Europa, e particularmente o da União Europeia, passará certamente por esta dialéctica.

Que o futuro político da Europa depende

hoje, essencialmente, do comportamento da UE é uma constatação óbvia. Determinar qual o melhor caminho para a UE fazer face à vaga impetuosa de modificações políticas no continente europeu é, todavia, bem mais difícil de discernir, tanto mais quanto se multiplicam os casos de conflito e até de tensão, dentro e fora das fronteiras da União.

Uma coisa é certa: não se pode construir um espaço de segurança, liberdade e justiça a nível europeu com governos xenófobos. Por isso, manifestei as mais sérias reservas ao proposto na CI que antecedeu o Tratado de Amesterdão nesta matéria, até que se consagrou a suspensão de qualquer Estado membro onde se venha a verificar uma inversão do regime democrático. Como antecipei no debate parlamentar sobre a ratificação do Tratado de Amesterdão, a 6 de Janeiro de 1999: «A introdução, no Tratado da União Europeia, de potentes princípios políticos democráticos, como aqueles que agora figuram no seu art.º 6.º n.º 1, segundo os quais a UE se funda "nos princípios da liberdade, da democracia, do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais", vem, pois, preencher uma lacuna importante (...). Quer na perspectiva da criação de um espaço europeu de liberdade, segurança e justiça quer na perspectiva do alargamento, esse aditamento pode servir de garantia à impossibilidade de retrocesso, a nível europeu, do que a tanto custo se ganhou a nível dos Estados nacionais.» Pois no caso da Áustria é a Europa democrática que se defende.

In «Diário de Notícias»

PERSPECTIVA

Manuel Alegre

É PRECISO LUTAR CONTRA O ESQUECIMENTO



«Fuzilaram os socialistas austríacos às cinco e meia / Em nome da Áustria triunfante». Assim começava a ode do poeta americano Stephen Vincent Béné, traduzida por Jorge de Sena. Era Fevereiro de 193

4, o esmagamento da greve geral, a destruição dos bairros operários em Viena. Veio depois o Anschluss. Ao contrário da atitude desculpabilizadora dos aliados, a Áustria não foi vítima de Hitler. Apoiou o Anschluss, acolheu em delírio o Führer seu compatriota, aplaudiu a fusão com a Alemanha nazi. E nunca fez o seu exame de consciência. Como afirma o professor Gerhard Bottz, «os austríacos sofrem de amnésia». É talvez o que explica a reeleição de Kurt Waldheim, apesar do seu passado nazi. Antes de um problema com Haider, há um problema com a Áustria. Haider é fruto da falta de arrependimento. Mas também de treze anos de bloco central, da partilha de poder e interesses entre conservadores e sociais-democratas, que esgotou o sistema

e o deixou sem alternativa.

O FPÖ e o seu líder fizeram o discurso populista e anti-sistema, reinventando os emigrantes como inimigos e bodes expiatórios. Some-se-lhe a ambição do conservador Schuessel, cansado de ser o número dois e capaz de tudo para ser chanceler. Os sociais-democratas ainda foram o 1º partido, os conservadores o 3º, o FPÖ o 2º, com 27 por cento dos votos. A entrada do FPÖ para o Governo não está na proporção directa dos votos recebidos. O facto de o chanceler ser o líder do 3º partido revela os problemas de consciência do Presidente austríaco.

Mas o certo é que há um país da UE com um partido racista no poder. É um facto novo. A ideia europeia nasceu da vitória sobre o nazismo e da prevenção contra a ameaça do estalinismo soviético. Não é apenas um mercado comum, nem uma zona de livre troca, nem só uma moeda. É um projecto de civilização baseado em valores de liberdade, democracia e tolerância, incompatível com o racismo, esse mal

absoluto, como o definiu Malraux.

Por isso a posição tomada em 31 de Janeiro pelo primeiro-ministro de Portugal. Tratou-se, como disse Seixas da Costa, «de uma posição política comum, assumida pelos chefes de Estado e de Governo de catorze países, que Portugal veiculou em nome de todos».

A decisão da UE implica riscos: eventual reforço, no imediato, de Haider; possível quebra de solidariedade, a prazo, de alguns dos Estados-membros, pelo facto de as sanções serem bilaterais e não se basearem num suporte jurídico claro. O Tratado só contém disposições para situações extremas (art. 6º e 7º). Mas a decisão da UE constitui um salto político, uma ruptura com a visão tecnocrática. É uma separação de águas, um acto pedagógico e uma mensagem clara para os candidatos ao alargamento, sobretudo para os que vêm de outras experiências totalitárias e terão de compreender agora que a UE, mais do que fundos estruturais, é sobretudo um projecto de civilização

democrática.

Também Hitler subiu ao poder numa coigação semelhante. Depois acabou com as eleições e fez os campos de morte a que Haider chamou «de reeducação». Delors está pessimista, prevê que Schuessel será «haiderizado», o Parlamento dissolvido e Haider chanceler. A verdade é que ele já ameaçou boicotar as decisões da UE. As complacências tácticas não resultam, só a firmeza. Mas como assinalou António Barreto, a Europa não pode ignorar as realidades nacionais e locais, nem os agricultores e pescadores, nem esmagar aldeias e uniformizar cidades. E tem de inverter as políticas ultraliberais que já fizeram milhões de desempregados e excluídos. É pelos direitos sociais que passa também o combate ao racismo e à xenofobia.

Contrariamente à direita francesa e espanhola o PSD sobrepôs o taticismo partidário interno ao interesse nacional e europeu. Também aqui há amnésia, também aqui é preciso lutar contra o esquecimento.

In «Expresso»

MEMÓRIA

Alfredo Barroso

«REMEMBER SEATTLE! ACHTUNG VIENA!»

Explorando e manipulando o descontentamento e o medo, a confusão e a desordem, a desorientação e o ressentimento colectivos, o nazismo emergiu como um «cocktail» explosivo de irracionalidade e cinismo, propaganda e oportunismo, demagogia e populismo, xenofobia, chauvinismo, nacionalismo e racismo.

Chegou ao poder pela via eleitoral, apoiado por forças políticas conservadoras, incendiou e destruiu o parlamento, instaurou um regime totalitário, restabeleceu a inquisição e os autos-de-fé, perseguiu e assassinou implacavelmente os adversários políticos, militarizou a sociedade civil, criou inúmeros campos de concentração e extermínio, promoveu o crime e o genocídio organizados pelo Estado e, com o apoio activo de grandes corporações industriais, desencadeou a II Guerra Mundial.

O nazismo foi a face mais abominável e hedionda do fascismo. Marcou indelevelmente a história da Europa e do século XX, com os seus cortejos de horror, destruição e morte. Por isso mesmo, o mínimo que os actuais dirigentes dos países democráticos europeus devem fazer, perante o advento e ascensão de movimentos políticos que manifestam clara simpatia por Hitler e pelo nazismo, é proclamar publicamente a sua apreensão e firme repúdio, rememorando a História e



salientando que o nazismo é a negação dos direitos do homem, da democracia e da liberdade. Mesmo que isso reforce transitoriamente esses movimentos neofascistas e neonazis ou aparentados. Mesmo que esses movimentos não tenham a dimensão nem envolvam o risco de ressurgimento do nazismo e do fascismo nas suas formas originais. Um silêncio prudente e calculista seria sinónimo de tibieza e abdicação. Dito isto, é verdade que políticos tão

cinicos, oportunistas, demagogos e populistas como Jörg Haider ou Jean-Marie Le Pen - e outros mais ou menos encapotados que proliferam como pequenos cogumelos em quase todas as democracias europeias - não surgiram ontem nem emergiram por acaso. O caldo de cultura em que eles chafurdam tem vindo a ser metodicamente cozinhado e os seus ingredientes são conhecidos: o rumo actual da globalização e mundialização; a brutal concentração do dinheiro e da riqueza em poucas mãos; o poder crescente dos grandes grupos empresariais e transnacionais, fundidos em oligopólios e monopólios; a sujeição cada vez mais evidente do poder político ao poder económico; a arrogância dos plutocratas e dos tecnocratas; a tibieza dos Governos; a progressiva abdicação e a crescente indiferença dos partidos que dominam a cena política e se acotovelam ao centro; a veneração dos políticos pelo capital financeiro; a desregulação e a especulação desenfreadas; as privatizações galopantes; o triunfo do fundamentalismo neoliberal; a ineficácia do combate ao desemprego; os níveis elevadíssimos de pobreza; a generalização da precariedade dos postos de trabalho; a destruição progressiva e obsessiva do Estado-providência; a erosão e declínio do Estado-nação; a dificuldade de controlo democrático, a distância e a inacessibilidade das instituições

supranacionais. É esta a «lista negra». Numa entrevista concedida a Luís Osório, em Outubro de 1997, Victor Cunha Rego já dizia «esperar no futuro a proliferação de movimentos neofascistas, que têm pouco a ver com os fascismos que conhecemos neste século», mas que «estão em consonância com uma porção de problemas que os partidos democráticos desprezam». Fazia, por isso mesmo, um aviso à navegação: «Se a democracia não desprezasse essas questões a reacção diluía-se no sistema». E salientava: «Na Europa há 20 milhões que não têm emprego, mas existem 100 milhões com receio de perder o emprego». Com a lucidez a que nos habituou, rematava: «O medo está latente e o descontentamento faz crescer o poder dos partidos neofascistas». Como é fácil de constatar, o episódio austríaco a que estamos a assistir não teria surpreendido Victor. De facto, as coisas são o que são. Parafraseando o editor da revista americana «Harper's Magazine», Lewis Lapham, depois dos violentos protestos contra a OMC, em Seattle, o episódio austríaco é porventura mais uma das formas de rejeição da «patologia ensinada no dispensário de Davos», sede de um fórum económico mundial que mais se parece com «um Carnaval imoral dedicado à cupidade do lucro». Os avisos são claros: «Remember Seattle! Achtung Viena!»

In «Expresso»

REFLEXÃO

Helena Roseta

SER OU NÃO SER EUROPEU

A posição conjunta de 14 dos 15 países europeus contra o risco de uma coligação dos conservadores com a extrema-direita na Áustria é um precedente histórico. É a primeira vez que a União Europeia toma uma posição tão clara de defesa dos valores europeus contra a hipótese iminente da sua futura violação por um dos seus membros. O comunicado distribuído no início desta semana pela Presidência portuguesa acrescida mesmo, para que não restem dúvidas, que não haverá *business as usual*.

É evidente que as consequências desta posição poderão ser muito difíceis de gerir. Vai o Presidente austríaco aceitar o acordo entre os conservadores e o «liberais» do xenófobo Haider? Vai, pelo contrário, construir um governo da sua confiança, mas que tem a maioria garantida no Parlamento austríaco? Vai provocar novas eleições com o risco de desta vez o partido de Haider se colocar em primeiro lugar? E



a Presidência portuguesa? Não poderá ser prejudicada por esta grave perturbação nas relações bilaterais de todos contra um? As perguntas são legítimas, mas não podemos deixar de saudar vigorosamente

a posição assumida por Guterres. É certo que os eleitores austríacos são livres de votar em quem quiserem, mas terão de compreender, como salientou Guterres, «que se votarem em partidos que não respeitam os princípios fundamentais da União Europeia, isso afectará as relações com os outros países». A clareza na defesa desses valores é um imperativo de que não podemos abstrair-nos, seja em que circunstâncias for. A rapidez com que o primeiro-ministro português conseguiu o consenso dos 14 para que fosse dado um inequívoco sinal de isolamento à Áustria, antes ainda da conclusão formal da coligação que se perfilava, tem a vantagem de constituir um aviso sério em tempo útil. Mesmo que esse aviso possa reforçar, no imediato, a popularidade interna de Haider, tinha que ser feito.

Num tempo em que os custos sociais da globalização e graves crises de credibilidade afectam as democracias europeias, a «Europa convulsa», como lhe

chamou Medeiros Ferreira, precisa de gestos como o que acaba de ser tomado. É certo que os mecanismos já inscritos no Tratado de Amesterdão prevêm que se possa ir mais longe, admitindo a suspensão de um Estado-membro sempre que se verifique uma violação grave e persistente dos princípios em que assenta a União Europeia. É igualmente certo que estes mecanismos foram instituídos a pensar nas novas democracias de Leste, como cláusula de salvaguarda para o alargamento. Mas, no fundo, afirma ainda Medeiros Ferreira, é «o situacionismo europeu que está a ser sacudido no plano internacional e no plano interno». É nestas alturas que aqueles que defendem os princípios da liberdade, da democracia, do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais têm de se assumir sem hesitações. É essa clareza inequívoca que espero da parte de todos os partidos políticos entre nós.

In «Visão»



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Exposição em Abrantes

Organizada pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, encontra-se patente ao público, na Biblioteca Municipal, até ao dia 29, a mostra «Espaços do Crioulo».

Cerâmica em Albufeira

Entre o dia 19 e o dia 18 de Março, das 10 e 30 às 17 horas, estará patente, na Galeria Municipal, a exposição de cerâmica de Nuno Miguel Neto.

A Eleição das Personalidades do Ano – Algarve'99» decorre na segunda-feira, dia 21, no Casino de Vila Moura.

Publicação em Coimbra

«A Utopia da Coragem» é o título da obra de Maria Toscano que será apresentada por José Carlos Seabra Pereira, na próxima quarta-feira, dia 23, pelas 18 horas, no Teatro Académico de Gil Vicente (TAGV).

Ainda no TAGV prossegue esta semana o ciclo cinematográfico «Vintage'99», desta feita com as exposições dos filmes «Buffalo'66», de Vincent Gallo (hoje); «Felicidade», de Todd Solondz (amanhã); «Tudo Sobre a Minha Mãe», de Pedro Almodóvar (sábado, dia 19); «Comboios de Sombra», de José Luis Guerín (dia 21) e «Conto de Outono», de Eric Rohmer (dia 22).

As exposições são organizadas em duas sessões diárias, a primeira às 18 horas e a segunda a partir das 21 e 45.

Concurso em Espinho

A Câmara Municipal está a organizar o concurso «Arte XXI» destinado a incentivar os jovens criadores do concelho e promover as diferentes áreas de expressão criadora.

As áreas a concurso são pintura, ilustração, design gráfico, design de moda, fotografia e vídeo.

Os concorrentes, cujos trabalhos devem ser entregues até final de Março, devem residir ou estudar no concelho de Espinho e ter o máximo de 30 anos.

De acordo com o regulamento, o júri seleccionará dois trabalhos em cada uma das áreas, a que atribuirá um prémio no valor de 30 mil escudos.

Os premiados serão conhecidos, em Abril, na inauguração da exposição que reunirá todos os trabalhos concorrentes.

Teatro de revista em Fafe

A Biblioteca Municipal Calouste Gulbenkian, no âmbito do seu programa de animação infantil, apresenta, em écran gigante, hoje, o «Quebra-Nozes», uma realização de 55 minutos dirigida a um público com idade superior a seis anos (sessões: 10 e 30 e 15 horas).

Para os mais velhos, o Estúdio Fénix reservou, para os dias 19 e 20, a comédia romântica com um toque de saga mafiosa intitulado «Mickey Blue Eyes».

Amanhã, às 21 e 30, o Estúdio Fénix apresenta o que alguns consideram ser «o maior êxito de gargalhada do ano». Trata-se da popular revista à portuguesa «2000 vai ser baril», um original de J. Lopes de Almeida e João Alves.

O filme de Theo Angelopoulos, «A Eternidade e Um Dia» estará no Cine-Clube, na terça-feira, dia 22, às 21 e 45. A exposição de fotografia «Retratidades» é inaugurada na quarta-feira, dia 23, prolongando-se a sua exibição até ao dia 6 de Março.

A mostra poderá ser visitada, na Galeria Municipal, de segunda a sexta-feira das 9 às 12 e 30 e das 14 horas às 17 e 30. Aos sábados a exposição estará aberta das 14 horas às 17 e 30.

Riscos e rabiscos em Faro

O Festival Nacional de Arte Infantil «Riscos e Rabiscos» realiza-se, segunda e terça-feira, dias 21 e 22, respectivamente, no Museu Municipal.

O evento decorre de segunda a sexta-feira, entre as 9 horas e as 18 e 30, bem como aos sábados, a partir das 10 e até às 13 horas.

Para os amantes do cinema há duas boas notícias esta semana. A primeira é que dupla Tim Burton/Johnny Deep volta a brilhar na sala do Cinema Santo António, a partir de amanhã e até ao dia 24, numa produção cinematográfica que oscila entre os géneros de suspense e fantástico: «A lenda do cavaleiro sem cabeça».

A segunda é que voltaremos a ver o notável actor Ralph Fiennes, sob a direcção de Neil Jordan e ao lado da sensual Julianne Moore, no filme «O fim da aventura», também em exibição, de amanhã até à próxima quinta-feira, no Cinema Golden City.

Ritmos latinos em Guimarães

«Sleepy Hollow» é a película a ver no Cinema São Mamede a partir de amanhã e até ao dia 24.

Este sábado não perca a Gala Latino-Americana com a Orquestra Lisboa Latina, Sheila Rios e Salvador Pino, a decorrer no Auditório da Universidade do Minho, pelas 22 horas, no âmbito do Festival de Inverno. Quarta-feira, pelas 10 e 30, haverá teatro de fantoches na Biblioteca Municipal Raul Brandão com «Histórias para Representar: o campo e a cidade», de Adriana Cruz Guimarães.

Concerto em Lisboa

«Nós Todos Três» é o nome do espectáculo de teatro musical levado ao palco do Pequeno Auditório do Centro Cultural de Belém, hoje e amanhã, pela companhia Arte Pública de Beja.

As apresentações iniciam-se hoje, prolongando-se até ao domingo, dia 20.

Amanhã sexta-feira, dia 18, estreiam nas salas de cinema «A Lenda do Cavaleiro Sem Cabeça» (ver sugestão), de Tim Burton; «O Fim da Aventura», de Neil Jordan; e «Homem na Lua», de Milos Forman.

O grupo pop britânico Ocean Colour Scene actua amanhã, no Paradise Garage.

O palco do Grande Auditório da Culturgest engalana-se, de amanhã a domingo para acolher um espectáculo de dança e música em homenagem a Merce Cunningham e John Cage.

Arte pop no Porto

A vigésima edição do Fantasporto arranca amanhã com a ante-estreia europeia do filme «Scream III», de Wes Craven.

«Scream III», que estreou na semana passada nos Estados Unidos, é já considerado o maior êxito da série. O Festival Internacional de Cinema do Porto incluirá, até 7 de Março, um total de 300 sessões, que decorrerão em oito salas da região, nomeadamente no Rivoli, Carlos Alberto, AMC Arrábida e Central Shopping. O Museu de Arte Contemporânea de Serralves tem patente a exposição «Andy Warhol: A Factory», que reúne obras, nos mais diversos suportes, pertencentes a museus e colecções particulares de todo o mundo, abrangendo o período entre 1950 e 1980.

A mostra de Andy Warhol integra trabalhos de pintura, escultura, desenho, gravura, fotografia, cinema, moda, vídeo, televisão e música.

Teatro em Sintra

«Não há ladrão que não venha por bem», de Dário Fo, com encenação de João de Melo Alvim, é a peça em cartaz, até domingo, na Casa de Teatro de Sintra.

As apresentações decorrem pelas 21 e 30, de quinta a sábado, e às 17 horas no domingo.

SUGESTÃO

«A LENDA DO CAVALEIRO SEM CABEÇA»

Uma mistura de horror sangrento, de fantasia, romance, fantasmas, bruxas, cemitérios e paisagens oníricas compõem o quadro do novo filme assinado por Tim Burton – «A lenda do cavaleiro sem cabeça».

Inspirado no conto de Washington Irving, escrito no século XVIII, este «Sleepy Hollow» (título da versão original em inglês) conta a história da rica e bela Katrina Van Tassel (Christina Ricci, ex-«Adams» e ex-«Tempestade no Gelo»), Ichabod Crane (Johnny Deep, já um clássico que subiu à ribalta com a sua interpretação na fábula «Eduardo Mãos de Tesoura») e de um fantasma decapitado.

Em «A lenda do cavaleiro sem cabeça», Ichabod Crane é um excêntrico investigador, com métodos quase *avant garde*, enviado pelos seus superiores a Sleepy Hollow, uma cidadezinha no Estado de Nova Iorque onde ocorrem uma série de crimes estranhos.

Logo de início, Crane resiste ao contágio pelo medo manifesto entre os habitantes locais, não acreditando à partida nas suas explicações para os corpos decapitados que encontra. Depois, também ele se cruza com o mórbido e lendário fantasma do cavaleiro sem cabeça...

Um convite irrecusável para os amantes do género *thriller*, «A lenda do cavaleiro sem cabeça» estreia amanhã nas salas de cinema do País reunindo na tela da sétima arte, mais uma vez, a dupla de sucesso Burton/Deep.

POEMA DA SEMANA
Seleção de Carlos Carranca

Soneto

*Sete anos de pastor Jacob servia
Labão, pai de Raquel, serrana bela;
Mas não servia ao pai, servia a ela;
Que a ela só por prémio pretendia.*

*Os dias na esperança de um só dia
Passava, contentando-se com vê-la;
Porém o pai, usando de cautela,
Em lugar de Raquel lhe deu Lia.*

*Vendo o triste pastor que com enganos
Lhe fora assim negada a sua pastora
Como se a não tivera merecida,*

*Começa de servir outros sete anos
Dizendo: - «Mais servira, se não fora
Para tão longo amor tão curta a vida!»*

Luís de Camões

Espectáculo

«MADAME BUTTERFLY»

de Puccini

Pela
Companhia de Ópera 2001

19 e 20 de Fevereiro
21h30

Conservatório Regional do Algarve
FARO



OS PARTIDOS E O ORÇAMENTO

Nesta fase em que se aproxima o encerramento do debate na generalidade do Orçamento de Estado para 2000 e das Grandes Opções do Plano, interessa analisarmos as posições dos diferentes grupos parlamentares face às propostas governamentais.

O PSD encontra-se em grave conflito interno. Na preparação deste congresso, ultrapassaram-se os níveis da agressividade habituais, não se vendo nada de similar desde os tempos da ruptura que conduziu à saída dos deputados e militantes adeptos das Opções Inadiáveis, na altura maioritários no Grupo Parlamentar. A diferença é que, na altura, homens como Sousa Franco e Sá Carneiro protagonizaram opções estratégicas claramente diferenciáveis no seio da renascida democracia portuguesa. E hoje, a diferença não assume tanta clareza. Em qualquer caso, o primarismo das propostas de Durão Barroso tipo loja dos trezentos evidencia um tremendo vazio de propostas e de projectos. Os ataques de Rui Rio são essencialmente contabilísticos ou demagógicos (propõe cortes nas despesas que normalmente não especifica) e os de Patinha Antão são comentários semi-académicos de pequeno alcance estratégico. O PCP oscila entre a necessidade de

provocar grandes debates, sobre a reorientação das despesas da saúde ou sobre a redução dos benefícios fiscais e a vontade de se aproximar do bloco no poder, influenciando decisivamente as opções financeiras e económicas como o ano passado, no IRS.

Em qualquer caso, o PCP tem opções estratégicas sérias a tomar. O futuro da componente portuguesa do movimento comunista internacional, o desafio que (apesar de tudo) lhe procura impor no plano parlamentar e comunicacional, o Bloco de Esquerda, extrema-esquerda renovada, que evolui de Trotsky e Mao para tentativa de sedução de uma certa esquerda geracionalmente jovem e politicamente pós-moderna. Tenta o Grupo Parlamentar do Partido Comunista a compatibilização da necessidade de gradual evolução estratégica do PCP com a satisfação dos desejos (reais ou supostos) dos autarcas comunistas, (especialmente na esfera do PIDDAC). Por outro lado, tentam combinar propostas fiscais típicas de uma reforma progressista possível com uma utopia fiscal irrealizável ou prejudicial à vida económica, ignorando ou minimizando regras essenciais da economia de mercado.

Quanto ao PP, o que se pode dizer? Que partindo de um projecto radicalmente socialista, buscou as linhas de convergência no domínio social, oriundas

da parte democrática-cristã da sua matriz, procurando o acordo do Governo e do Grupo Parlamentar do PS. O esbatimento dos traços liberais-conservadores nas propostas do PP corresponderá não só a uma demarcação face ao PSD, como a procura de apoios eleitorais em estratos sociais mais carências.

Quanto às posições do Bloco de Esquerda, ausente da Assembleia da República a sua componente mais forte eleitoralmente mas organicamente mais fraca, a da extrema-esquerda pós-moderna, restam a linha UDP, de Fazenda, que chegou a nomear o PS como inimigo principal e os antigos trotskistas do PSR, tendo em Francisco Louçã o seu mais brilhante expoente. A capacidade de análise económica de Francisco Louçã, no entanto, nem sempre se tem traduzido em propostas concretas.

Os deputados do PS, intérpretes do sentimento da elevada votação registada nas listas socialistas, para além de apoiarem a estratégia e a proposta orçamental apresentadas pelo Governo, apresentarão oportunamente as alterações que sejam necessárias e que não desvirtuem, antes melhorem o Orçamento. A aprovação deste Orçamento de Estado permitirá o avanço na concretização do claro e inequívoco mandato eleitoral recebido pelo Partido Socialista.

«As posições dos bispos e do cardeal (sobre a revisão da Concordata) são mais abertas do que as de alguns leigos. E até do que de algumas pessoas dentro do PS, que são mais papistas do que o Papa»

Manuel Alegre
Expresso, 12 de Fevereiro

«O projecto do PS aponta para a necessidade de rever a Concordata e pretende igualar as condições das outras religiões»

Vera Jardim
Expresso, 12 de Fevereiro

«Também não sou grande simpatizante de figuras eclesásticas estarem em cerimónias oficiais, mas isso é o simbólico, não é o fundamental»

Idem, ibidem

«Eu, como capelão-mor das Forças Armadas, estou dispensado de pagar IRS - o que acho injusto!»

Bispo D. Januário Torgal Ferreira
Visão, 10 de Fevereiro

«Tive um conflito com Savimbi, tenho tudo gravado, onde lhe chamei mentiroso. Chamei mentiroso a Savimbi numa conferência de Imprensa. Olha-se para ele e vê-se logo que espécie de criatura é»

António Macedo, jornalista e radialista
DNA, 12 de Fevereiro

«Fala-se muito mal na rádio de hoje. Quando oiço as calinadas, dou gritos, insulso, fico em brasa»

Idem, ibidem

Ficha Técnica

Ação Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88. ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz



Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor \$	

Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macao	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor \$	

Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macao	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.